

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIV - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 92
Brasília, quarta-feira, 7 de maio de 2025

Sumário

Seção 3

Requerimentos.....	3
Ata Sucinta da 35ª Sessão Ordinária.....	6
Ata Circunstanciada da 33ª Sessão Ordinária.....	8
Ata Circunstanciada da 34ª Sessão Ordinária.....	28
Ata Circunstanciada da 35ª Sessão Ordinária.....	44



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Primeiro Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Segunda Vice-Presidente: Deputada Paula Belmonte

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa

Quarto Secretário: Deputado Robério Negreiros - **Suplente:** Deputado Jorge Vianna

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Iolando Vice-Presidente: Paula Belmonte Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	Martins Machado Roosevelt Jorge Vianna Pepa Fábio Felix
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Rogério Morro da Cruz Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Dayse Amarílio	Robério Negreiros Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE DEFESA DO DIREITO DAS MULHERES	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Doutora Jane Vice-Presidente: Dayse Amarílio Paula Belmonte Jaqueline Silva Pastor Daniel de Castro	Joaquim Roriz Neto Fábio Felix Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE SAÚDE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Jaqueline Silva Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Hermeto Joaquim Roriz Neto	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Jorge Vianna Martins Machado Gabriel Magno Pastor Daniel de Castro	Max Maciel Robério Negreiros Roosevelt Chico Vigilante Thiago Manzoni
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Ricardo Vale Thiago Manzoni Jorge Vianna Pastor Daniel de Castro	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Rogério Morro da Cruz	Presidente: Hermeto Vice-Presidente: João Cardoso Thiago Manzoni Gabriel Magno Fábio Felix	Iolando Pepa Roosevelt Chico Vigilante Max Maciel
COMISSÃO DE SEGURANÇA			
Titulares	Suplentes		
Presidente: João Cardoso Vice-Presidente: Doutora Jane Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni Ricardo Vale Jaqueline Silva		

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix

Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa

Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Paula Belmonte

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Dayse Amarílio e Deputada Jaqueline Silva

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

DCL normatizado conforme Resolução Nº 279, de 2016

Atualizado em 8/1/2025, em conformidade com os ATOS DO PRESIDENTE Nº 420, 421 e 601, DE 2024 e ATO DO PRESIDENTE Nº 11, DE 2025.

Seção 3

Requerimentos



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado João Cardoso Professor Auditor - Gab 06



REQUERIMENTO Nº, DE 2025 (Autoria: Deputado João Cardoso)

**Requer inclusão de parlamentar na
Frente Parlamentar do Jardim
Botânico da Câmara Legislativa do
Distrito Federal.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do artigo 36 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que dispõe sobre a constituição e funcionamento das Frentes Parlamentares, o ingresso do Deputado Distrital Rogério Morro da Cruz, como membro, da Frente Parlamentar do Jardim Botânico, da qual exerço a função de presidente.

JUSTIFICAÇÃO

A Frente Parlamentar do Jardim Botânico, já regularmente instituída por requerimento dirigido à Mesa Diretora, encontra-se em pleno funcionamento, promovendo o debate e a articulação de políticas públicas voltadas à região administrativa do Jardim Botânico.

A adesão do Deputado Distrital Rogério Morro da Cruz representa importante reforço ao compromisso desta Casa com o aprimoramento da legislação distrital e com a defesa dos interesses da população local.

Diante do exposto, solicito à Secretaria Legislativa as providências necessárias para o registro formal da referida inclusão.

Sala das Sessões, ...

DEPUTADO JOÃO CARDOSO
Presidente da Frente Parlamentar do Jardim Botânico

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 6 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8062
www.cl.df.gov.br - dep.joaocardoso@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 25/04/2025, às 07:44:34, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>
Código Verificador: **294376** , Código CRC: **90b3ff87**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria Legislativa



DESPACHO

A Mesa Diretora para publicação (RICL, art. 153, **art. 1º da Resolução nº 255/12**),
em seguida anexação ao Requerimento da Frente Parlamentar.

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 23.141

Assessor Especial

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8275
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS - Matr. Nº 23141, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 01/05/2025, às 09:42:37 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **294801** , Código CRC: **3aabe63**

Ata Sucinta da 35ª Sessão Ordinária

**ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 35ª (TRIGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 30 DE ABRIL DE 2025**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Wellington Luiz e Paula Belmonte

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas

TÉRMINO: 15 horas e 49 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Declara aberta a sessão.

2 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Paula Belmonte)

– Declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença, encaminhado pela Secretaria Legislativa, está anexo a esta ata.

Nos termos do Art. 135, II, do Regimento Interno, lavro a presente ata.

TIAGO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe do Setor de Ata e Súmula



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO PEREIRA DOS SANTOS - Matr. 23056, Chefe do Setor de Ata e Súmula**, em 05/05/2025, às 08:13, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **2115309** Código CRC: **0BF4ECF3**.



Lista de Presença

30/04/2025 15:49:25

35ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura

Dia: 30/04/2025 14:49 Local: PLENÁRIO
Início: 15:00 Término: 15:49 Total Presentes: 13

Presentes

PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP)	4/30/25 3:00 PM	Login
CHICO VIGILANTE (PT)	4/30/25 3:00 PM	Login
GABRIEL MAGNO (PT)	4/30/25 3:01 PM	Login
WELLINGTON LUIZ (MDB)	4/30/25 3:02 PM	Login
PEPA (PP)	4/30/25 3:04 PM	Biometria
JOAQUIM RORIZ NETO (PL)	4/30/25 3:10 PM	Biometria
JOÃO CARDOSO (AVANTE)	4/30/25 3:13 PM	Login
HERMETO (MDB)	4/30/25 3:16 PM	Login
JAQUELINE SILVA (MDB)	4/30/25 3:30 PM	Login
DOUTORA JANE (MDB)	4/30/25 3:37 PM	Login
EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)	4/30/25 3:44 PM	Login
ROOSEVELT (PL)	4/30/25 3:44 PM	Biometria
PAULA BELMONTE (CIDADANIA)	4/30/25 3:47 PM	Login

Ausências

DAYSE AMARILIO (PSB)
FÁBIO FELIX (PSOL)
IOLANDO (MDB)
JORGE VIANNA (PSD)
MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)
MAX MACIEL (PSOL)
ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)
THIAGO MANZONI (PL)

Justificativas

DANIEL DONIZET : Licenciado conforme AMD nº 65/2025.
ROGERIO MORRO DA CRUZ : Licenciado conforme o AMD nº 75, de 2025.
RICARDO VALE : Licenciado conforme AMD nº 56/2025.

Ata Circunstanciada da 33ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA
33ª SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATES SOBRE AS JORNADAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL,
DE 24 DE ABRIL DE 2025.

INÍCIO ÀS 15H01

TÉRMINO ÀS 17H24

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – De acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.861/2025 e conforme art. 131, § 4º, está aberta a sessão ordinária, que se transforma em comissão geral para a realização de debates sobre as Jornadas do Patrimônio Cultural.

Convido as senhoras e os senhores deputados, bem como todos e todas que desejarem a participar do debate em plenário. Já anuncio a ilustríssima presença da nossa ex-deputada e ex-vice-governadora Arlete Sampaio.

Suspendo a comissão geral.

(A comissão geral é suspensa.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – A comissão está reaberta.

Reiniciamos os nossos trabalhos. Solicito, por gentileza, à TV Câmara Distrital que retome a transmissão.

Quero dar as boas-vindas a todas e todos os presentes nesta comissão geral destinada a debater as Jornadas do Patrimônio Cultural.

Convido para compor a mesa as seguintes pessoas: o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, Leandro Grass; a presidenta de honra do Partido dos Trabalhadores, ex-deputada distrital por 3 mandatos nesta casa, ex-vice-governadora, Arlete Sampaio; a representante da Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte-Educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e responsável pelas Jornadas do Patrimônio, Vanessa Nascimento; e o representante de um setor cultural muito importante da nossa cidade, Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro, o cidadão honorário de Brasília Tico Magalhães. (Palmas.)

Informo que está aberto o canal do YouTube da Câmara Legislativa para quem estiver assistindo a esta comissão geral e quiser fazer comentários pelo *chat*, o bate-papo do nosso canal.

Primeiro, agradeço a presença de todos. Quero dizer que um dos objetivos desta comissão geral é fazer parte do processo de celebração dos 65 anos de Brasília. Vamos fazer debates importantes sobre o que foram esses 65 anos, quais os desafios da construção desta cidade tão importante e capital do nosso país.

Eu tenho dito, Arlete e Leandro, que precisamos pensar em Brasília e no seu futuro a partir da sua história, para a qual, vou dizer assim, houve um processo de constituição e de desenvolvimento que foi interrompido pela ditadura militar, que deixou marcas muito profundas na cidade. Tenho falado isso em alguns lugares, principalmente quando fazemos o recorte do processo do desenvolvimento cultural do Distrito Federal e de Brasília, mas também levando em conta sua característica de ser a capital do país.

Brasília, com 4 anos de vida, durante seu desenvolvimento e sua dinâmica de organização, teve esse processo interrompido pelo golpe da ditadura militar. A transferência da capital, do ponto de vista administrativo e político, consolidou-se nos seus primeiros 4 anos, mas o golpe interrompeu a

transferência cultural da capital, e não foi prioridade dos anos de chumbo da ditadura terminar esse processo. Até hoje vivemos reflexos disso no dia a dia da cidade.

O que aconteceu no 8 de janeiro é também um reflexo disso do ponto de vista de uma cidade que não incorporou na sua dinâmica de vida os próprios equipamentos culturais para começar esse processo material.

A transferência da capital não foi completa. Não veio para cá, nesse processo, a transferência, por exemplo, da Biblioteca Nacional, que ainda está em processo. Há uma biblioteca na cidade, mas com um acervo muito limitado.

Com relação ao Museu Nacional, demoraram quantos anos para o prédio ser entregue? E a cidade ainda enfrentou muitas dificuldades do ponto de vista da organização da política cultural, de haver exposições permanentes, de ser um espaço à altura da capital de um país.

Há ainda o Teatro Nacional, que ficou fechado tantos anos e cuja reabertura de suas salas ainda está em processo. Há um déficit enorme, no Distrito Federal como um todo, de equipamentos culturais, principalmente fora do centro. No centro já há um déficit grande, mas fora do centro do Distrito Federal é ainda maior a falta de equipamentos culturais para que tenhamos de uma maneira muito consistente, democrática, republicana, popular, uma política cultural que valorize os artistas, produtores, mas também envolva o conjunto da população do Distrito Federal nesse processo.

Não é, na minha opinião, coincidência vermos nas próprias festas oficiais, em reportagens de jornais – foi até um motivo de crítica importante no aniversário de 65 anos de Brasília –, o registro de como a paisagem da Esplanada se altera durante os eventos.

Brasília se transformou na cidade das tendas. A falta de equipamento cultural está nos levando a uma situação que é ser a cidade das tendas. Precisa-se de tendas para suprir os equipamentos, os espaços públicos; para que tenhamos a expressão da cidade, a expressão popular, a expressão das tradições culturais, do território. Nós vivemos um pouco disso também no Carnaval deste ano.

Obviamente, do ponto de vista numérico das festas, da população, de quantas pessoas participaram, a incidência que tem baixado (*sic*) do ponto de vista da segurança pública... Mas nós estamos esquecendo a territorialidade, questão que é fundamental para o processo da cultura, da ocupação do território público, do espaço público. Acho que são questões e consolidações que são importantes.

Estava dizendo que o processo de transferência cultural da capital é uma coisa que me chama a atenção. Eu estava refletindo sobre isso esses dias, já que nos feriados recebemos parentes. Parente, quando vem para cá, gosta de conhecer os espaços, então nós os levamos aos lugares. Nós estamos falando da capital do Brasil.

Algo que acontece em todas as capitais do mundo, quando você vai conhecer algum lugar, é que você quer ir ao museu conhecer a história do país, a história da cidade. Eu fiquei me perguntando: qual museu em Brasília conta a história do Brasil? Qual museu, nesta cidade, hoje, conta a história do próprio Distrito Federal, da própria construção de Brasília?

Essa demanda também passa por um processo mais organizado da constituição das manifestações culturais. Eu acho que este é um dos motivos pelo qual realizamos esta comissão geral: pensarmos sobre o ponto de vista do patrimônio cultural e da política cultural mais geral – em que o patrimônio está inserido –, mas pensarmos com a sociedade civil, com o Iphan – o Leandro está à frente daquele órgão –, com o governo federal e o poder local.

Aqui está a Vanessa, representante da Secretaria de Educação na área de políticas públicas e responsável pelas Jornadas do Patrimônio.

Vanessa, as Jornadas do Patrimônio têm um papel muito importante nesse processo de educação patrimonial, levam esse debate e essa agenda para as escolas para começarmos essa conversa do ponto de vista do papel do patrimônio e da cultura na garantia da cidadania, da democracia, dos direitos sociais – é preciso entender cultura como direito social, como essa relação que temos com a cidade e com o nosso território. Isso faz parte de nossa consolidação como sociedade. É importante esse processo acontecer no dia a dia das escolas, com as nossas crianças e os nossos adolescentes

Esse é um desafio, inclusive, para as Jornadas do Patrimônio se consolidarem. Não queria falar “consolidar”, porque acho que elas já estão consolidadas do ponto de vista temporal – já são 12 anos de jornadas na rede. No entanto, ainda há a necessidade de ampliar a estrutura, de garantir mais professores e servidores dedicados a isso para haver mais condições materiais de chegar a mais

pessoas. Acho que esse é um dos intuitos desta comissão geral.

Eu quero já encerrar minha fala para conceder a palavra para os nossos convidados e as nossas convidadas da mesa.

Antes, quero destacar, Leandro, o trabalho do Iphan, não só pelo projeto da revitalização da Praça dos Três Poderes, apresentado nesta semana, como também pelo enorme esforço do órgão – em decorrência dos atos praticados no 8 de janeiro – na restauração dos objetos que foram criminosamente depredados, vandalizados, destruídos na tentativa de destituição do governo por meio de um golpe de Estado, que foi o intuito de quem estava lá. Além disso, o Iphan também participa do processo de diálogo com relação à ocupação do espaço público, o que considero fundamental, pois preserva não só a democracia como garante ainda mais o exercício da cidadania e da liberdade na nossa cidade.

Eu não combinei com ninguém uma ordem de fala, a ordem será aleatória. Nós confiamos que cada um e cada uma que está nesta mesa dará conta do recado.

Tico, esse é um problema de quem domina a palavra e se sai bem: nós sempre damos a essa pessoa aquele voto de segurança. Como você já participou da sessão outras vezes e foi maravilhosa a sua abertura – o Seu Estrelo está, neste momento, nas Festas de Abrição –, eu vou abrir a nossa comissão geral com a sua fala, Tico Magalhães, nosso ilustre cidadão honorário de Brasília, do Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro.

Concedo a palavra ao Tico Magalhães.

TICO MAGALHÃES – Boa tarde. Primeiramente, agradeço o convite. Que honra estar nesta mesa! Boa tarde a todas e a todos da mesa.

É importante nós trabalharmos a questão do patrimônio do DF, da nossa cidade; é importante pensarmos e falarmos sobre isso. O que o deputado Gabriel Magno trouxe hoje é muito importante, porque nós temos um pensamento, uma ideia, um sonho de cidade; mas, com 4 anos, a cidade recebeu um golpe militar. Acho que o próprio imaginário da cidade muda.

Muitas vezes, é difícil reverter esse imaginário, porque foram vários anos de uma ideia de cidade passada para nós. Simplesmente não houve vazão a uma coisa que eu acho que era um pensamento grande relacionado a cidade, que era esse cruzo: a cidade que se cruza, pessoas de tantos cantos e com tantas culturas em um lugar, essa possibilidade de trazer tantas pessoas de tantos lugares.

Eu acho que Brasília tinha quase uma obrigação de oferecer para o país, nesse cruzo, outras possibilidades de cultura, outras possibilidades de tradições, porque este país inteiro vinha para cá para construir a cidade. Como quebramos um imaginário feito por uma ditadura? Eu acho que seria principalmente pela arte. A arte é o meio pelo qual conseguimos quebrar essa ideia, essa imagem, esse imaginário que foram colocados para nós nesse período em que a cidade, com 4 anos, ainda abrindo as asas, sofreu esse golpe.

Creio que a arte tem esse papel fundamental de fazer esse cruzo, de entender essa encruzilhada. Acho que, a partir daí, é preciso apoiar esses espaços que existem e entender essa cultura que já está viva nesta cidade.

Falamos muito das festas – o deputado Gabriel Magno trouxe o assunto novamente –, com essas tendas que vêm para a cidade. Muitas vezes é uma programação feita com artistas de fora, consagrados. Mas quem faz a cidade? Quem está costurando a cidade durante o ano inteiro?

Obviamente, o Teatro Nacional é uma obrigação nossa; toda vez que se referia à cultura, sempre se falava do Teatro Nacional. Contudo, eu posso citar vários grupos cujos espaços funcionam o ano inteiro. Se o Teatro Nacional não desse conta de tudo, esses outros grupos dariam conta da cultura popular. Espalhados por todo o DF, fazem cultura o ano inteiro. Então, temos que olhar mais para esses lugares para lhes dar apoio.

Temos que construir esta cidade como queremos que ela seja. Eu acho importante incentivarmos esse cruzo. O TT Catalão falava disso. Nós passávamos no Eixo Monumental e ele falava assim: “Este é o Eixo Monumental, esta é a grande encruzilhada do país”.

Vou falar um pouco do patrimônio. Eu acho que existe uma questão relacionada ao patrimônio. Quando pensamos em educação e patrimônio, vemos que a educação tem o objetivo de nos mostrar e nos ensinar a nossa sina. Ela nos apresenta o que estamos procurando ser. O patrimônio não nos deixa perder o que já somos. Enquanto a educação aponta o que podemos ser, o patrimônio não nos deixa

perder o que já somos. Essa é a importância do patrimônio, essa é a importância de olharmos essas tradições, essas artes feitas na cidade.

O Fuá do Seu Estrelo virou patrimônio cultural imaterial ano passado, com essa ideia de invenção. Muita gente perguntava: “Mas como é esse reconhecimento?” Eu falei que o melhor desse reconhecimento é ver a cidade se reconhecendo em uma invenção, em uma brincadeira, em uma nova tradição.

Eu acho que juntar a educação e o patrimônio é fundamental para não perdermos o que somos e para que se apontem caminhos para procurarmos o que somos e o que queremos ser. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem.

Tico, você vai ser decretado, oficialmente, o primeiro a falar nas atividades. (Risos.)

Enquanto você estava falando, Tico, eu me lembrei do quanto são curiosas as contradições da dialética do mundo. Mesmo sem esquina, Brasília tem vocação para cruzar, para haver processos de cruzamentos, de pessoas, de culturas. Essa é uma das curiosidades tão incríveis desta cidade.

TICO MAGALHÃES – Sim. É preciso estimular isso. Novamente, eu acho que a arte tem esse papel, tem esse poder. Esses são espaços que estão aí, existindo, para os quais precisamos olhar, para inventarmos esta cidade que nós queremos. Precisamos procurar inventá-la.

Nós vivemos uma cidade sonhada e arquitetada. Temos que aprender a arquitetar outras possibilidades de cidade. Temos que aprender, com toda essa arquitetura, a arquitetar outras possibilidades de cidade, com mais cruzo, com mais diversidade. Sem diversidade não existe diversão, uma palavra está ligada à outra.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Exatamente.

Obrigado, Tico.

Nós convidamos o secretário de Cultura, mas ele estava em outra atividade e não pôde comparecer. Registro a presença da Isa Macedo, diretora de Gestão dos Espaços Culturais, a quem convido a compor a nossa mesa, representando a secretária de Cultura. Obrigado, Isa, pela presença. (Palmas.)

Vanessa, quero só dizer, mais uma vez, que nós apresentamos um projeto de lei, que já foi aprovado e virou a Lei nº 7.468/2024. Foi de um risco enorme esse projeto de lei, porque ele alterava, ele modificava a lei da ex-deputada Arlete Sampaio – foi uma ousadia! (Risos.)

Nós tivemos que pedir permissão obviamente. A modificada é a Lei nº 5.080/2013, que institui as Jornadas do Patrimônio. A alteração que nós fizemos foi incluir as Jornadas do Patrimônio na legislação, no planejamento orçamentário do Distrito Federal.

Quando nós falamos de execução de política pública, esse é um tema no qual batemos muito no nosso mandato, nesta legislatura. Trata-se da necessidade de haver orçamento para as políticas acontecerem, porque, sem orçamento, nós fazemos um desenho e não conseguimos materializá-lo. Não conseguimos fazer as reformas, não conseguimos contratar gente nem pensar o processo. A nossa briga, agora, é para que o carimbo venha. Ele já está lá, já há a destinação, virou parte da peça orçamentária do Distrito Federal, mas ainda está sem recurso.

Neste ano, nós fizemos isso novamente. Isso facilita o processo de tentar, por meio das emendas parlamentares, apesar de estar longe de esse ser o modelo ideal de financiamento de uma política dessa natureza. Fazemos isso para minimamente tentarmos organizar, desenhar essa política para alcançar o máximo de escolas possível.

Agradeço e parabenizo o belíssimo trabalho à frente das Jornadas do Patrimônio.

Concedo a palavra à Vanessa Nascimento.

VANESSA NASCIMENTO – Agradeço a parceria em nome da equipe também. Agradeço o convite e me coloco como pessoa que faz parte dessa equipe, dessa comissão que organiza o evento.

Destaco o reconhecimento dessas pessoas que vêm trabalhando arduamente nos últimos anos. Nós enfrentamos cenários muito diferentes ao longo do ano. Aproveito a presença dos representantes da Secretaria de Cultura e do Iphan para dar nomes: João, Vinícius, Ana Carolina. Fizeram um excelente trabalho.

Na Secretaria de Cultura, há a Alessandra Bittencourt e a Beatriz Couto à frente do pensamento sobre as jornadas anualmente. Dentro da Geapla, a equipe de educação patrimonial: Líbia, Elcio,

Juliane e Maria Paz compõem essa equipe. Conseguimos transformar as jornadas num ponto de encontro interinstitucional muito colaborativo, no qual realizamos com muita leveza os trabalhos dos últimos anos.

As Jornadas do Patrimônio, de fato, foram carinhosamente desenhadas e instituídas em 2013. Eu estou presente desde 2019, e parece que foi ontem. Acompanho as Jornadas do Patrimônio há 7 edições. Com o tempo, fomos desenhando um formato que envolve não apenas professores e estudantes, com foco na educação patrimonial, mas também técnicos e estudantes interessados nas múltiplas dimensões do patrimônio.

Durante a pandemia, adaptamos os encontros para um formato *online*. Acho que isso é um marco importante, porque, de certa forma, ampliamos nosso alcance. Apesar dos pesares da pandemia, vimos a possibilidade de virtualmente termos contato com pessoas de outros estados e até de outros países.

Posteriormente – e felizmente –, voltamos aos encontros presenciais. Com isso, ampliamos nosso escopo de ações com oficinas, em diversas regionais de ensino, feitas com professores e estudantes. Promovemos roteiros na cidade, *tours* guiados para destacar e valorizar a história e a presença negra no Distrito Federal. Incluímos apresentações culturais dentro da culminância, valorizando as manifestações do patrimônio local. Para nós, de certa forma, isso ratifica fortemente o desejo nos aproximarmos desses grupos, desses coletivos.

Em abril, este mês, já pensando no aniversário de Brasília, realizamos 6 oficinas em colaboração com a Secretaria de Educação, a Secec e o Iphan, fruto do planejamento ainda de 2024, com o tema Cerrado. Fizemos reflexões sobre meio ambiente, Cerrado e patrimônio.

Contamos nessas oficinas com alguns profissionais que se agregaram a nós como recursos humanos importantes. Tivemos uma oficinaira, tivemos produção, tivemos uma pessoa que fez registro dessas oficinas. Isso alarga, potencializa e fortalece o nosso trabalho.

As jornadas, que antes aconteciam de forma concentrada em uma semana de agosto ou de outubro, agora têm tido desdobramentos importantes ao longo do ano, ocupando o calendário de uma forma muito viva e contínua.

Temos feito várias jornadas – no plural mesmo. É importante dizer que enfrentamos, todos os anos, alguns desafios – já mencionados pelo deputado Gabriel Magno – como o de garantir recursos orçamentários para que o planejamento e a execução das ações sejam viáveis.

A experiência tem nos mostrado que, quando há orçamento, conseguimos ampliar significativamente o alcance e a qualidade das jornadas. Por isso, nós defendemos também a criação de uma comissão anual – isso seria importante – cujos representantes componham a unidade SEI. Pensamos em uma unidade SEI para preservar um pouco dessa memória e a história das jornadas, para que não fique pulverizada. A ideia seria criar um grupo de trabalho para preservar essa memória, para que não se dilua, mas de uma forma muito institucional, pois acho que é um ganho que tivemos nos últimos anos.

Para 2025, temos um tema geral, que será voltado para as culturas populares – e culturas mesmo, no plural –, a fim de destacarmos as diversas manifestações que atravessam o tradicional, o urbano, o artesanal, o contemporâneo. Será uma oportunidade de dar também visibilidade para os saberes, práticas e expressões culturais, que, muitas vezes, ficam à margem das narrativas oficiais.

Convido vocês a acompanharem esse planejamento e esse cronograma que costumamos publicar no Instagram das Jornadas do Patrimônio, que é @jornadasdopatrimoniodf, onde costumamos colocar o nosso planejamento e a divulgação das ações.

Para finalizar, e já aproveitando esse espaço público e a *live* também que está acontecendo agora, quero divulgar uma ação de educação patrimonial, um projeto que é uma parceria entre a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação: o Projeto Territórios Culturais. Ele está com o edital aberto para professores e professoras da rede. Se você tem experiência com educação patrimonial, se você deseja atuar na área, receber e atender estudantes da rede em espaços culturais como Catetinho, Cine Brasília, Memorial dos Povos Indígenas e Museu Nacional da República, estão abertas as inscrições. Esperamos vocês.

É isso. Agradeço imensamente o convite, mais uma vez, e a parceria. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem, Vanessa.

Feito o convite. Acho que é importante destacar que houve lutas antes do edital. Esperamos,

inclusive, que ele se amplie para haver mais servidores disponíveis.

Parabenizo a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura, porque o edital é fundamental para garantir o exercício desses profissionais na ponta e para dar transparência para todo esse processo.

Fica feito o convite para quem está assistindo a esta comissão geral se inscrever. Vamos divulgar o edital nas escolas, para fortalecer a demanda na rede.

Vanessa, já está registrada essa ideia do grupo de trabalho. Vamos pensar juntos em como ajudar na instituição de um memorial da história e da trajetória das jornadas. Vamos ver como podemos, por meio da Câmara Legislativa do Distrito Federal, ajudar, viabilizar esse processo. Muito obrigado.

Registro a presença de Isabela Aquino, integrante do Fuá de Seu Estrelo; Andreia Augusta dos Santos, analista em políticas públicas e gestão educacional; Líbia Oliveira Nascimento, professora da equipe de educação patrimonial da Secretaria de Educação; e João Gabriel, analista de patrimônio do Iphan. Obrigado pela presença de vocês.

Aproveito que a Vanessa fez um convite para eu fazer outro convite. Nesta semana, amanhã ou, no máximo, sábado ou domingo, vamos lançar o sítio eletrônico da terceira edição do Prêmio Paulo Freire de Educação da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Nesta terceira edição, como na segunda, dedicamos um dos eixos do prêmio para a educação patrimonial. Qualquer professor, professora, profissional – não necessariamente de escola –, estudante que tenha algum projeto ou trabalho na área de educação patrimonial pode se inscrever no prêmio.

O edital foi publicado ontem no Diário da Câmara Legislativa. Agora, estamos só terminando os detalhes do sítio eletrônico. Quem quiser se inscrever poderá fazê-lo no sítio eletrônico da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou nas nossas redes, em que o *link* de inscrição estará disponível.

Então, a partir deste final de semana, já estarão abertas as inscrições para a terceira edição do Prêmio Paulo Freire de Educação, cujo um dos eixos é a educação patrimonial.

Concedo a palavra para a Isa Macedo, diretora de Gestão dos Espaços Culturais da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.

Obrigado pela presença.

ISA MACEDO – Obrigada, deputado Gabriel Magno.

Cumprimento o presidente do Iphan, Leandro Grass, e a ex-deputada distrital Arlete Sampaio.

Arlete Sampaio, com muito carinho, eu revejo a senhora depois de tanto tempo. Eu trabalhava nesta casa com o secretário de Cultura à época, o ex-deputado Cláudio Abrantes.

Vanessa, você falou que a Secretaria de Cultura tem parceria com os territórios. Realmente, precisamos muito de que os professores conduzam as crianças para conhecerem os espaços. Andei falando isso em algumas escolas, principalmente da zona rural, predominantemente de Planaltina. Eles nem sabem que existe esse trabalho da Secretaria de Educação e da Secretaria de Cultura. Aí, enviamos formulários para eles.

O programa é muito bom. Sempre há reclamações sobre transporte, mas isso já está incluso; então, eles não têm essa preocupação. Precisamos levar isso mais para as nossas comunidades, principalmente para as regionais. Muitas vezes, elas não sabem o que temos a oferecer.

Quando o senhor Tico Magalhães mencionou os espaços culturais, pensei que ele falaria sobre a necessidade de reformas. Realmente, precisamos de muitas reformas, não são poucas. Com os prédios mais novos, que foram inaugurados, estamos tranquilos, mas os nossos prédios mais velhos precisam de uma reforma muito grande.

Temos 27 espaços culturais na Secretaria de Cultura, o orçamento é pequeno para todos eles. A secretaria é dividida em 3 diretorias: biblioteca, museu e espaços culturais. Nosso Centro de Dança está em reforma desde 12 de janeiro, com expectativa de reinauguração no final de maio. Conseguimos trocar os pisos; colocamos pisos flutuantes, conforme os agentes culturais solicitaram. Foram instalados aparelhos de ar-condicionado.

Porém, temos um grande problema com os espaços culturais, que é o atendimento aos agentes culturais. A procura está muito grande. Não sei se, após a pandemia, por termos ficado um tempo parados, a quantidade de agentes culturais aumentou, mas as nossas pautas nos espaços não estão conseguindo atender a todos. Um chega e fala que o outro tem a pauta e ele não. Nossos espaços hoje

não estão sendo suficientes para atender os agentes culturais. No Centro de Dança, que funciona de domingo a domingo, das 9 horas às 22 horas, há pessoas precisando de espaço para seus trabalhos culturais.

Deputado Gabriel Magno, vim de surpresa, porque o secretário está viajando e o Ramón também. O secretário pediu para agradecer e dizer que a secretaria está à disposição para continuar debatendo os assuntos sobre esse evento tão importante.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Isa. Deixo aqui nosso abraço ao secretário de Cultura e o compromisso que temos feito durante esses 2 anos. Neste terceiro ano estamos preparando, via Comissão de Educação e Cultura, um debate sobre a LDO de 2026, porque é fundamental colocar no orçamento da cidade recursos para garantir a manutenção e a construção de novos equipamentos culturais. Temos equipamentos históricos abandonados há muito tempo e fechados para a população.

No Gama, temos o Cine Itapuã. Em Taguatinga, temos o Teatro da Praça. Em Planaltina, há uma diversidade de equipamentos culturais que precisam de reformas urgentes. Várias cidades do Distrito Federal não têm nenhum equipamento público. Precisamos ter esses espaços, que são importantes para, como o Tico falou, mesmo sem esquinas, ficarmos nos cruzando – não é, Tico? Esse encontro é de muita produção e esse processo também promove o desenvolvimento econômico da cidade.

Nós estamos no debate do PDOT, que vai chegar a esta casa, e temos visto falarem muito pouco do assunto, apesar de haver um capítulo no PDOT dedicado à cultura. Vemos muito pouco desse debate nas reuniões públicas conduzidas pela Seduh. Falta a discussão sobre a ocupação territorial e as diretrizes de ordenamento da cidade, que têm sido pensadas unicamente sob a questão do desenvolvimento.

Esta é a tese do governo: o PDOT serve para destravar o desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Mas destravar o desenvolvimento econômico do Distrito Federal não pode significar olhar apenas para a construção civil como o único setor produtivo da cidade. Temos que olhar para a cultura, para os agricultores familiares, para a diversidade desta cidade – tecnologia, inovação, ciência, enfim.

Na minha opinião, a cultura é um elemento fundamental para que possamos, de fato, destravar o desenvolvimento, que passa obviamente por espaços, por equipamentos públicos funcionando, para se permitir que essa expressão aconteça por investimento, por fomento. Vai haver uma série de desafios.

Então, quero deixar aqui registrado também o compromisso que o nosso mandato e a Comissão de Educação e Cultura desta casa têm tido com essa pauta, que para nós é muito importante. Ela precisa entrar de vez no orçamento do Distrito Federal. Esse orçamento tem crescido tanto nos últimos anos, mas, na nossa avaliação, infelizmente está muito mal distribuído e muito mal alocado para as necessidades da população do Distrito Federal.

Então, fica meu abraço ao secretário. Nós nos colocamos à disposição para esse debate.

Eu passo, então, a palavra para a nossa ex-deputada distrital e ex-vice-governadora desta cidade. Ela é autora da lei das Jornadas do Patrimônio. Não só isso, ela possui uma trajetória enorme nesse debate do patrimônio cultural aqui na casa, é autora também da lei que estabelece critérios e objetivos para indicações de patrimônios culturais nesta cidade.

Às vezes, Arlete, isso tem sido muito desrespeitado aqui nesta casa, mas seguimos nessa briga também. Obrigado mais uma vez pela presença, ex-deputada Arlete Sampaio.

ARLETE SAMPAIO – Obrigada, deputado Gabriel Magno. Quero cumprimentar todos os componentes desta mesa, a Isa, o Tico, a Vanessa e o nosso querido presidente do Iphan, Leandro Grass.

Quero dizer o seguinte. Esta casa de leis às vezes produz uma série de legislações importantes que dizem respeito às necessidades da cidade e, às vezes, nem a própria Câmara Legislativa respeita a legislação. Isso é muito sério. Estamos comemorando os 65 anos de Brasília e quase 38 anos desde que Brasília foi reconhecida pela Unesco como patrimônio da humanidade, em que um tombamento federal e distrital consolidou essa condição de Brasília. Lamentavelmente, o que vemos todo o tempo é aquilo que Juscelino Kubitschek já temia. Ele até fez um bilhete para o presidente do Iphan à época a respeito das investidas demolidoras da especulação sobre a cidade.

Estamos vendo isso acontecer hoje de forma brutal, porque alguns governantes são

completamente provincianos e não compreendem tudo o que há de possibilidade para o desenvolvimento econômico e social de Brasília pelo fato de ela ser patrimônio da humanidade.

Tenho o sonho de ver um dia esta cidade tornar essa lei que fizemos, em 2013, a Lei nº 5.080 – que agora foi emendada corretamente pelo deputado Gabriel Magno –, mais efetiva. Fico feliz de ver que trabalhadores, servidores públicos da Secretaria de Educação e da Secretaria de Cultura, abraçaram essa lei para fazer o que pode ser feito por eles, neste momento, como educação patrimonial: fazer professores, estudantes e parte da comunidade compreenderem que é necessário preservar o nosso patrimônio, não apenas Brasília como patrimônio cultural da humanidade, mas tudo o que temos, porque, como disse o Tico, patrimônio é identidade. A nossa identidade está no patrimônio. Se não prezamos o patrimônio, não prezamos a nossa identidade, ficamos sem identidade.

Se analisarmos o que aconteceu com o Iphan no governo anterior, por exemplo, poderemos imaginar o que é a falta de compreensão das pessoas sobre o papel do patrimônio. A própria presidente do Iphan falava coisas que me arrepiavam. Pelo amor de Deus! Como pode um negócio desse?

Quando passei por esta casa, além da Lei nº 5.080/2013, fui responsável pela Lei nº 3.977/2007, que define o método pelo qual qualquer expressão cultural será caracterizada como patrimônio imaterial. Por que fizemos essa lei? Porque esta casa – aliás, não só esta casa, mas o parlamento em geral – é feita com muito populismo. Todo dia chegava aqui um projeto de lei para transformar o sujeito lá da esquina em cidadão honorário. Então, um deputado desta casa fez uma resolução para definir quem poderia ser constituído cidadão honorário da cidade, quais os critérios, porque todo mundo de repente era cidadão honorário de Brasília.

Fizemos a mesma coisa com essa lei. Se não fizéssemos isso, o boteco da esquina do meu eleitor fulano de tal seria patrimônio imaterial. Tem que haver critério, e o critério é definido, inclusive, a partir de um dossiê que mostra porque é meritório aquela instituição, aquela expressão cultural ser considerada patrimônio imaterial etc. e tal.

Apesar disso, ainda há deputado nesta casa que apresenta projetos de lei para fazer com que determinada coisa vire patrimônio imaterial. Isso não vale nada, porque não está se cumprindo o ritual da lei, que está inclusive regulamentada.

Acho que essas coisas devem ser encaradas com muita seriedade. Não é possível transformar o boteco da esquina em patrimônio imaterial só porque é do meu amigo, que é meu eleitor e vai me dar voto. Pelo amor de Deus! Não dá nem para caracterizar isso aqui, senão vou acabar brigando com os deputados desta casa.

Tenho certeza de que Brasília foi fundada como vanguarda não só do ponto de vista arquitetônico e urbanístico mas em todos os aspectos. Se analisarmos os projetos de educação, saúde e assistência social desta cidade, eles são absolutamente avançados. O projeto de saúde, por exemplo, já instituía, naquela época, um SUS, que não existia. A assistência social era chamada de desenvolvimento social, havia o Centro de Desenvolvimento Social – vejam que coisa mais avançada. A educação de Anísio Teixeira, as escolas classes, a escola em tempo integral, tudo foi feito para que Brasília fosse vanguarda e um exemplo para o país inteiro.

O que aconteceu? Veio um golpe militar e, como sempre, o obscurantismo prevaleceu. Essas coisas foram todas abortadas, foram adiadas. E, após o processo de redemocratização do país, muitas dessas coisas foram retomadas. Mas, infelizmente, e aí tem a ver com o processo de ocupação desta cidade... Um dia temos que fazer uma análise muito profunda do ponto de vista sociológico e antropológico de como se deu esse processo de expansão da cidade e por que somos o que somos hoje. Hoje temos uma situação complexa.

Eu me lembro, quando fui vice-governadora, que fizemos a recepção ao pessoal do MST, uma caminhada pelo Eixão, com milhares de pessoas. As pessoas saíam das casas para engrossar a caminhada. Um evento lindo, uma receptividade imensa da cidade. Lembro que fizemos com que a banda da Polícia Militar tocasse para o MST; organizamos café da manhã para o pessoal do MST, que estava hospedado no Parque da Cidade. Era outra história, um padrão civilizatório distinto do que temos hoje.

Hoje, Brasília é uma cidade agressiva, com trânsito maluco, em que as pessoas se agriem o tempo inteiro. Uma cidade cheia de gente odiosa, que exala ódio por todos os poros. Isso precisa ser revisto. Brasília foi feita para ser o centro cultural deste país. Tantas possibilidades existem para que isso seja feito. No Carnaval, poderíamos dedicar um período ao jazz, chamar todo mundo do Brasil para tocar jazz aqui em Brasília. Imaginem o quanto isso movimentaria a economia criativa, os hotéis, os

restaurantes, a vida da cidade! Traria dinheiro e divisas para cá. Infelizmente, ainda não temos um governante com essa mentalidade. É preciso ter.

O meu sonho ainda é ver esta cidade retornar aos sonhos de JK, de Jango e de todos aqueles que construíram esta cidade para ser vanguarda. Acho que é possível, sim, imaginar essa possibilidade. Precisamos ajudar a construir essa possibilidade, e não deixar que os outros a façam. Temos que cumprir o nosso papel.

Há um lugar que é a síntese deste país: Ceilândia, a cidade mais nordestina que existe. Uma vez fui convidada para falar numa rádio da Ceilândia e fiquei impressionada porque o entrevistador era um verdadeiro nordestino, e eu tinha que falar nordestinês com ele. No Centro Cultural de Ceilândia existe a Casa do Cantador, onde há coisas maravilhosas acontecendo. Há grupos fantásticos de forró na Ceilândia. Quando vamos ao PAD-DF, parece que estamos no Rio Grande do Sul. Há também o Centro de Tradições Gaúchas. Precisamos recuperar tudo isso, pois faz parte da nossa história e da construção desta cidade – que está sendo relegada.

É necessário que as jornadas – eu louvo muito as equipes que trabalham para que as jornadas aconteçam – transbordem para além do espaço da escola, e que o povo perceba o significado de comemorar o dia 17 de agosto, Dia do Patrimônio. Precisamos fazer as pessoas visitarem a cidade, pois há gente no Distrito Federal que nunca veio ao Plano Piloto e não o conhece. Nunca vimos as crianças desta cidade visitarem um museu, conhecerem a Catedral, conhecerem nossa cidade. Nossa Via Sacra que é mais interessante do que aquela de Jerusalém, de Pernambuco, mas não a divulgamos. É um absurdo o obscurantismo dos nossos dirigentes.

Penso que é possível mudar essa realidade e construir um novo padrão civilizatório. Eu me lembro de quando fizemos as faixas de pedestres e de como as pessoas ficavam orgulhosas e diziam como era legal o que estava acontecendo em Brasília – até hoje isso persiste. É possível mudar o padrão civilizatório de Brasília e transformar o nosso Distrito Federal no maior centro cultural do país. Acredito nisso, acho importante, e cada um de nós deve se engajar nessa perspectiva. Afinal, temos o maior orçamento *per capita* do Brasil. Para onde vai todo esse dinheiro se não é para fazer com que as pessoas vivam mais felizes?

Penso que o nosso dever, o dever desta geração que está viva, hoje, no Distrito Federal, seja ajudar para que isso seja possível. Esta é a mensagem que eu quero deixar nesta comissão geral. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Arlete. É sempre um luxo escutar a Arlete.

Eu gostaria de anunciar a presença da Marili Quadros Freire, membro da assessoria da presidência do Iphan. Ela esteve por muito tempo nesta casa e neste plenário.

Anuncio também a presença do Thiago Perpétuo, superintendente do Iphan no Distrito Federal.

A Arlete recebeu uma informação. Gostaria de fazer um registro?

ARLETE SAMPAIO – Na verdade, a Luísa – uma grande inspiração quando se trata de temas ligados ao patrimônio – me lembrou que a faixa de pedestres foi reconhecida como patrimônio imaterial.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem.

Antes de passar a palavra para o presidente do Iphan, farei um comentário baseado na fala da Arlete, Leandro.

Acredito que esse é um tema fundamental para pensarmos nos próximos 65 anos do Distrito Federal: o orçamento. O orçamento desta cidade tem crescido bastante nos últimos anos. Para dar um exemplo, em 2019, Leandro – você estava aqui e acompanhou esse processo –, o orçamento do Distrito Federal girava em torno de 36 bilhões de reais. Neste ano o orçamento do Distrito Federal deve chegar a 70 bilhões de reais. Quase dobramos o orçamento em 7 anos.

Há uma série de explicações para isso: o aumento muito significativo do Fundo Constitucional – principalmente em 2023 –, o aumento da arrecadação etc. Há uma série de explicações. O que realmente não se explica é a forma como estamos investindo esse dinheiro. Se o orçamento praticamente dobrou em 7 anos, a expectativa era de uma melhoria visível nos serviços públicos – na saúde, no atendimento à população, na oferta de mais vagas e professores nas escolas e creches, no transporte coletivo, na cultura, na preservação ambiental e na infraestrutura urbana, como drenagem e iluminação pública. Porém, não é isso que estamos vendo. Quem vive nesta cidade percebe que esse

aumento expressivo no orçamento – que quase dobrou em 6 ou 7 anos – não se reflete na qualidade dos serviços públicos entregues à população. É justamente aí que esses recursos deveriam ser investidos.

Existe um problema importante de gestão pública, sob uma perspectiva que envolve diversos poderes, atores. Obviamente, o Governo do Distrito Federal tem responsabilidade, pois é o gestor desse orçamento. Porém, acredito que toda a sociedade e o poder público deveriam se debruçar sobre essa situação.

Não me parece razoável, nem natural, que uma cidade como Brasília – que é a capital da República e tem um crescimento tão vertiginoso do seu orçamento e da sua capacidade de investir na cidade e na população – não consiga transformar esses recursos, que em todo o Brasil e no Congresso Nacional são objeto constante de briga por orçamento. Se Brasília tem conseguido aumentar o orçamento, não é possível que não consiga transformar isso em qualidade de vida e em serviços públicos perceptíveis pela população.

Considero essa uma questão fundamental, Arlete Sampaio, sobre a qual precisamos nos debruçar. Precisamos pensar o que fazer para termos a Brasília que queremos. Desejamos que, em seus próximos 65 anos, ela seja o que ela é vocacionada a ser: uma cidade com serviços públicos de alta qualidade, com eficiência, transparência, participação popular, democracia, e que atenda não apenas aos 3 milhões de habitantes que vivem no Distrito Federal, mas também àqueles e àquelas que, por ser esta a capital do país, convivem com a cidade diariamente e vivem o seu espírito.

Quero registrar que temos acompanhado, com muita preocupação, esse processo.

Neste momento, concedo a palavra ao presidente do Iphan, Leandro Grass, a quem agradeço imensamente a presença e constante participação nos debates que envolvem a cidade. É fundamental a participação e o cuidado que o Iphan tem tido com nossa cidade – ressalto a atuação do superintendente do Distrito Federal, o Thiago –, com as políticas de patrimônio e com a política cultural.

LEANDRO GRASS – Agradeço ao deputado Gabriel Magno a iniciativa desta comissão geral, pela qual eu o parablenizo.

Saúdo a composição da mesa, extremamente honrosa, com a presença da Isa, da Vanessa e do nosso querido Tico, que representa todos os agentes culturais e artistas do Distrito Federal. Na pessoa do Tico, parablenizo os demais que se fazem presentes.

Também saúdo nossa queridíssima ex-deputada, ex-vice-governadora e professora Arlete Sampaio. Digo professora, porque, durante a última legislatura, entre 2019 e 2022, muito aprendi ao seu lado. Arlete continua sendo uma grande inspiração para todos nós. Sua presença é motivo de muita alegria e honra, pois foi ela quem abriu os caminhos e quem pavimentou esse debate, não apenas nesta casa legislativa, mas em toda Brasília. Sua fala inspiradora nos leva a reflexões que eu gostaria de comungar e compartilhar aqui.

Agradeço, deputado Gabriel Magno, ao seu mandato e à sua equipe o trabalho extraordinário que têm feito nesta casa, um trabalho fiscalizador.

Vez ou outra, ouço alguém dizer que não há oposição em Brasília. Isso só é dito por quem não acompanha o seu trabalho e o trabalho de outros colegas que exercem o papel fiscalizador que cabe ao Legislativo e são propositivos. Ser oposição é importante quando há um governo ou uma gestão com projeto do qual discordamos, mas também é necessário que a oposição seja propositiva, e o seu mandato, deputado Gabriel Magno, tem sido muito propositivo.

Eu gostaria de tecer alguns comentários e reflexões.

Saúdo a presença da equipe do Iphan na figura do superintendente Thiago Perpétuo, que tem realizado um trabalho magnífico. Saúdo, também, o João. Destaco o papel do Iphan na análise, fiscalização e acompanhamento das ações relacionadas ao patrimônio, não deixando que o sonho de uma cidade preservada se perca. Além disso, a superintendência no DF tem sido bastante propositiva.

O que nós estamos celebrando hoje é prova dessa atuação do Iphan no Distrito Federal, com as Jornadas do Patrimônio Cultural, com o Programa Patrimônio para Jovens, com o acordo de cooperação que existe entre o Iphan e a Secretaria de Educação, com ações em outras áreas do patrimônio imaterial e com ações de conservação e restauro – daqui a pouco, vou citar algumas delas que são muito importantes, resultado também da retomada da política de patrimônio pelo presidente Lula.

Eu creio que, em primeiro lugar, precisamos partir de um ponto, de uma posição sobre o que estamos falando quando tratamos de cultura e de patrimônio: direitos – não menores, nem maiores; apenas direitos, assim como qualquer outro direito. Como dizia nosso ex-ministro Gilberto Gil, isso tem que estar na cesta básica. Cultura não é algo menor, não é algo secundário, não é algo complementar à vida. Cultura é algo essencial à vida.

O patrimônio cultural é essencial à sociedade, ao senso de comunidade, ao sentimento de pertencimento a algo maior do que nós mesmos como indivíduos. O patrimônio, como o Tico também mencionou, é algo que nos une, que nos conecta. Patrimônio não é pedra e cal. Patrimônio não é apenas símbolo. Patrimônio não é apenas elemento, monumento. Patrimônio são as pessoas. Então, tudo que existe é resultado das pessoas, das suas ações, das suas elaborações, da sua criação, da sua capacidade de formular, de gerar elementos, linguagens e memórias.

Estamos falando de um tema de cidadania que precisa ser entendido assim e, se ele é um direito, tem que haver política pública. A Constituição determinou, no art. 215 e no art. 216, os direitos culturais e o patrimônio cultural como partes da nossa existência enquanto povo, enquanto sociedade brasileira; portanto, deve haver política para isso. É preciso que haja orçamento. É preciso que haja gestão. É preciso que haja legislação. É preciso que haja instrumentos para fazer isso acontecer na prática.

No Brasil, desde 1937, temos uma instituição de patrimônio, mas em muitos lugares do país ainda não há esse tripé da gestão, do financiamento e da legislação do patrimônio adequadamente constituídos. Este é um papel que estamos tentando cumprir: mobilizar e criar o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, fazendo com que todas as cidades e estados tenham a sua fundação, ou a sua secretaria, ou o seu departamento de patrimônio; um fundo de patrimônio, um orçamento garantido para a preservação dos bens culturais; e uma legislação adequada.

Aqui abro um parêntese concordando com a crítica que se estabelece com relação a esse desvirtuamento de como construímos o patrimônio. O patrimônio vai aumentando, vai crescendo, vai se desenvolvendo, mas isso não pode ser feito por voluntarismo. É sempre a partir da sociedade, nunca da cabeça de alguém que acordou um dia e disse: “Hoje vou dizer que isso aqui é patrimônio numa canetada, num projeto de lei, num regulamento ou num decreto”. A patrimonialização acontece sempre a partir da sociedade, porque o patrimônio cultural será preservado pelo Estado e pela sociedade, em colaboração. Isso é o que diz a Constituição.

Então, hoje, por exemplo, o processo de tombamento de um conjunto, de um monumento, de um imóvel, de uma praça, seja o que for, não parte, falando em nível federal, do Iphan. O Iphan não decide tomar isso ou aquilo. Muitas pessoas não entendem isso. Dizem: “O Iphan tinha que tomar tal coisa”. O Iphan não tem que tomar nada. Quem precisa dizer que aquilo é importante e deve ser preservado é a sociedade. Hoje, existe um rito para a patrimonialização, que é rigorosamente seguido até chegar à última instância, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que decide a questão. Esse conselho é formado por membros da sociedade civil e, agora, é um conselho mais plural, mais diverso, dentro da nossa gestão, com pessoas de todas as áreas do país, de todas as regiões, formações – há quilombolas, indígenas, arquitetos, antropólogos, urbanistas, historiadores, educadores –, e membros da sociedade civil que são da cultura popular. Eles que vão dizer se é ou não é.

Da mesma maneira, esse é o registro que fazemos para patrimonializar os bens imateriais. O Iphan não decide que o choro vai ser patrimônio cultural brasileiro. Essa patrimonialização nasce da sociedade, passa por um longo processo de aprofundamento, de amadurecimento, de pesquisa, de produção de conhecimentos para que, adiante, cumpramos o acordo, porque, quando se patrimonializa algo, isso não é do Estado. As pessoas acham que o que é tombado é do Estado. Não! O que é tombado tem dono; e o dono, o proprietário, o responsável tem que cuidar daquilo. Da mesma maneira, há o registro. Quando registramos um bem cultural, como fizemos há pouco, por exemplo, com a arte santeira no Piauí, existem os detentores. São aquelas pessoas que representam e detêm aquilo. Nós temos que salvaguardá-las. É feito um plano de salvaguarda.

Estou falando sobre isso um pouco até burocraticamente, tecnicamente, para dizer que a política de patrimônio, ao mesmo tempo que existe técnica, é essencialmente participativa. As 2 coisas – a participação e a técnica – precisam ser muito bem constituídas para que consigamos efetivar os instrumentos, o plano de salvaguarda, as normas de preservação, entre outros.

Infelizmente, em Brasília, apesar de a Lei Orgânica da Cultura determinar, não há ainda uma fundação de patrimônio cultural. Eu e a ex-deputada Arlete Sampaio, à época, éramos membros da Comissão de Assuntos Sociais e enviaram para cá o projeto de criação do Condepac, Conselho de Patrimônio Cultural. Nós questionávamos como criamos o conselho sem ter a fundação, porque o

conselho deveria estar vinculado à fundação. Nós criamos o conselho, mas não criamos a fundação em Brasília. Existe um vazio de gestão do patrimônio cultural na cidade que tem o maior perímetro tombado do mundo.

Eu não estou desmerecendo, de forma alguma, o trabalho da Subsecretaria do Patrimônio, que é muito nossa parceira, inclusive, temos feito muitas coisas juntos, mas Brasília merecia uma instituição de patrimônio com a envergadura correspondente a esta cidade. Isso gera para outras instituições, como o próprio Iphan, um papel que, às vezes, é cobrado além das nossas limitações institucionais e legais.

Eu acredito que fique aqui esse horizonte sobre a necessidade de se construir uma política com *p* maiúsculo para o patrimônio cultural de Brasília e um plano de preservação adequado para o patrimônio cultural de Brasília; um fundo do patrimônio cultural brasileiro que dê conta não só da área tombada, mas dê conta de toda essa diversidade de patrimônio que existe em Taguatinga, que existe no Paranoá, que existe em Ceilândia.

A Casa do Cantador é um bem cultural, é um patrimônio cultural da cidade, é uma obra de Oscar Niemeyer que está em Ceilândia. O Centro Histórico de Planaltina também é um bem cultural, que está se esvaindo, assim como tantos outros pontos de memória e de patrimônio aqui.

Segunda coisa, eu quero trazer, brevemente, uma prestação de contas, um relato daquilo que o governo do presidente Lula, por meio do Ministério da Cultura e do Iphan, vem fazendo por Brasília e pelo seu patrimônio cultural. Em primeiro lugar, há o resgate do Iphan, como a ex-deputada Arlete Sampaio muito bem colocou. Nós encontramos uma instituição que estava absolutamente destruída, desmotivada e isolada. Quando eu digo isolada, é sobre essa relação com a sociedade e com os entes federativos com os quais nós construímos a política do patrimônio.

Por isso, foi feito um esforço de articulação. Eu tenho me envolvido muito nisso, conversado com os governadores, com os prefeitos, independentemente de partidos políticos, inclusive, independentemente de ideologia, para que possamos dar as mãos, porque o Iphan não vai salvar o patrimônio cultural, tampouco os municípios e os estados vão fazê-lo. Isso é sempre em parceria e com a sociedade, acima de tudo.

É também um exercício de retomada do investimento. A recuperação da política do patrimônio imaterial, do programa nacional não era realizado desde 2015. Desde o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, que o programa nacional com edital, seleção de projeções não aconteciam. Então, agora esse programa está sendo executado.

Há diversos projetos acontecendo no Brasil, há o Programa Nacional da Educação Patrimonial. O governo Bolsonaro extinguiu a educação patrimonial enquanto instância de gestão do Iphan, embora algumas superintendências resistentes permanecessem trabalhando com fé no DF, com as jornadas de patrimônio, com as ações dentro das escolas, mas, em termos de gestão, foi extinta a área e reconstruímos área e lançou o Programa Nacional de Educação.

Há um projeto que está sendo executado em Brasília, no Paranoá, que está construindo com a comunidade o chamado inventário participativo do Paranoá. Existe uma ação, que é oriunda de emenda parlamentar do deputado federal Prof. Reginaldo Veras, que está sendo executada em Taguatinga, o projeto Só Taguá Tem. Isso tudo é educação patrimonial, são os inventários participativos se somando às jornadas de patrimônio e tudo que já vinha sendo feito com muita consistência.

Pelo PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, ao todo, serão, até 2026, 740 milhões de reais investidos em projetos e obras. São investimentos nunca antes feitos na história deste país e que o presidente Lula determinou que o fossem. São 144 obras executadas e 105 projetos contratados. Desses 105 projetos, 3 são em Brasília: o projeto do Catetinho; do Museu Vivo da Memória Candanga, que nós estamos contratualizando com a Secretaria de Cultura; e o projeto da Praça dos Três Poderes, cuja versão nós apresentamos ontem e que agora vai ser aperfeiçoada para a obra começar a ser executada o quanto antes e devolvermos a praça ao povo do Distrito Federal.

Organizamos também processos de gestão e de inovação que nós identificamos serem extremamente necessários para uma instituição de 88 anos de existência. Então, o Iphan vinha há muito tempo sem uma organização, sem um monitoramento dos seus projetos, sem uma gestão orçamentária mais eficiente, mais efetiva, com problemas de fluxo, problemas de regimento. Consolidamos, então, essa organização da estrutura de gestão do órgão, que é um órgão nacional – está entre os 27 estados, há 37 escritórios técnicos em cidades históricas, há 1 centro de arqueologia nacional, há unidades especiais que atendem ao público em vários pontos do país.

Há, ainda, a recuperação da política da diversidade linguística. Muitas pessoas não sabem, mas o Iphan é a instituição nacional da Esplanada que cuida da diversidade linguística do país, em especial com os povos indígenas, que são os principais beneficiários desta política, é com eles que trabalhamos para a preservação das suas línguas; e também as ações relacionadas já mencionadas ao patrimônio imaterial, a recuperação dos registros que estavam parados, do reconhecimento das expressões, do inventário nacional de referências culturais.

Chegamos ao final, dialogando com o aniversário da nossa cidade, com esses 65 anos de Brasília.

A ex-deputada Arlete Sampaio falou muito bem: Brasília é a síntese do Brasil, aqui está o país inteiro, o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste, o Sudeste, o Sul, com os seus cidadãos e as suas cidadãs reunidos, nossas famílias brasilienses, tantas que vieram para cá para construir a cidade, as que vieram depois para tentar a vida, para poderem trabalhar, para realizarem seus sonhos. Infelizmente, há certa frustração com a pujança dessa síntese.

No governo democrático popular, de 1995 até 1998, havia uma política muito interessante: as temporadas populares, momento em que nós colocávamos na rua, seja embaixo da tenda, nos equipamentos – ou no meio da rua mesmo, sem tenda. Essas eram as expressões dos mais diferentes grupos e das mais diferentes versões dessa cultura diversa do país. Nós perdemos isso, como também perdemos a capacidade de aproveitar esse patrimônio cultural como uma grande ferramenta de desenvolvimento.

Vez ou outra nós vemos um certo retrógrado, atrasado, dizer: “Ah, mas o tombamento e o patrimônio dificultam a economia, dificultam o desenvolvimento”. Não sei se a referência é quanto ao desenvolvimento predatório, destrutivo. Realmente o patrimônio o atrapalha, porque o patrimônio tem a ver com zelo e cuidado, não tem a ver com destruição. Se não fosse o papel do Iphan nesses 88 anos, metade ou mais do patrimônio cultural brasileiro estaria debaixo da terra, demolido.

O patrimônio cultural é uma grande oportunidade para Brasília, do ponto de vista econômico – uma cidade em que 15% das pessoas não estão trabalhando, não têm acesso à renda, enquanto a média nacional é quase 7% de desemprego. O desemprego, aqui, está chegando a 15%.

A economia da cultura, a economia criativa, a economia do patrimônio são possibilidades de desenvolvimento econômico e social, geração de renda, inclusão e redução das desigualdades e da pobreza, mas isso ainda não é compreendido. “Ah, mas a cidade é tombada, não é possível fazer tudo”. Realmente, não é possível ser feito tudo, mas é possível ser feita muito no sentido de ativar, de oportunizar situações neste ambiente.

Hoje, pela manhã, por exemplo, nós acompanhamos 2 escolas, o CED do PAD-DF e o CED do Vale do Amanhecer. A maior parte daqueles meninos que visitavam a Catedral e a Praça dos Três Poderes nunca tinham pisado ali, nunca estiveram ali. Essa foi a primeira vez, a primeira experiência.

O que é a Praça dos Três Poderes? O que se pode aprender a partir daquele local sobre democracia, liberdade, justiça, a relação entre os poderes, a relação entre os membros do Estado, a função do Legislativo, do Executivo e do Judiciário? Pode-se fazer tanto, como pesquisas para desenvolver a ciência. É preciso recuperar isso.

Por fim, é preciso mesmo entender que Brasília não é só o Plano Piloto e que a preservação de Brasília, especialmente desse centro tombado, não vai acontecer sem que haja a preservação e o desenvolvimento do todo. Não adianta querermos preservar o centro de Brasília enquanto Ceilândia fica inundada quando chove. Isso é contraditório do ponto de vista civilizatório. A arborização, essa escala bucólica da qual nos orgulhamos, precisa também ser projetada para Samambaia, para Planaltina, para São Sebastião. Por que não podemos implementar uma perspectiva de qualidade de vida – de arborização, de ocupação do espaço público, perspectiva de vizinhança, como há nas superquadras – em Planaltina ou no Gama, onde também há as quadras? Por que não implementá-las no Itapoã? Isso é possível.

Esse sonho de 1960 não era um sonho para alguns. Ele era para todos, mas, infelizmente, por diversas razões, entre elas a ditadura militar, esse sonho foi atropelado, desvirtuado, interrompido. Temos que retomá-lo. É por isso que nós estamos aqui, porque nós acreditamos que isso é possível. Se nós não acreditássemos, não estaríamos fazendo este debate. Nós acreditamos que é possível refundar Brasília numa lógica de área metropolitana mais igualitária, mais civilizada. Assim, Brasília voltaria a ser uma cidade modelo e não um contraexemplo, como ela vem sendo, ao estar em último lugar no ranking do tempo de espera da fila do SUS e sendo o último lugar na proporção da educação em tempo integral.

Eu não vou entrar no debate do orçamento, mas isso me angustia, isso me incomoda muito! Por que esta cidade, com o orçamento que possui, tem o maior tempo de espera na fila do SUS e não consegue oferecer para suas crianças e seus adolescentes educação em tempo integral a contento?

Esse é o nosso sonho, por isso falamos de patrimônio. Ele não está relacionado apenas com o passado, acima de tudo tem a ver com o futuro e com projetar aquilo que queremos.

Fica o agradecimento e a disposição do Iphan, na figura da nossa superintendência, da presidência e de todo o corpo, para continuarmos trabalhando por esta cidade. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem, Leandro.

Temos mais uma vez o privilégio de escutá-lo e de compartilharmos tantas ideias importantes para a cidade.

Acho que vale a pena abrir a discussão. Há 3 pessoas inscritas. Se alguém mais quiser falar, temos que combinar alguns encaminhamentos, além daqueles de que já tratamos, do ponto de vista da jornada, da instituição desse memorial, de pensarmos os espaços públicos da cultura.

Apresentamos, no relatório do PPCUB, uma emenda – que foi incorporada na versão final, no texto sancionado – que se refere a um capítulo de preservação. Eu gosto de sempre traduzir as letras e siglas, porque elas confundem as pessoas. A sigla PPCUB significa Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Por incrível que pareça, não havia nada sobre preservação nesse plano. (Risos.) Foi preciso criar um capítulo sobre preservação, sendo que a preservação deveria fazer parte do todo do plano pela natureza dele. Mas não foi assim. Houve uns processos um pouco esquisitos no debate do PPCUB, mas agora há o capítulo de preservação. É importante o encaminhamento para continuarmos monitorando isso. Temos oficiado ao Governo do Distrito Federal sobre a necessidade de criação de um comitê gestor do patrimônio. Não se trata necessariamente da mesma situação que tanto a ex-deputada Arlete Sampaio quanto o Leandro mencionaram sobre a fundação do patrimônio, sobre algum órgão que pudesse ter mais capacidade institucional, autonomia institucional e orçamento próprio. A ideia é existir um comitê gestor do patrimônio para avaliar o processo de implementação do PPCUB, dos diversos planos e projetos apresentados na lei. Um desses planos e projetos desenhados no PPCUB é o da Vila Cobra Coral. Não é possível haver um desenho de cidade em que se pretenda preservar e dar condições de vida e, paralelamente a isso, na Vila Cobra Coral, haver ações do próprio Poder Executivo no sentido de realizar derrubadas e de não garantir os direitos dessa ocupação. Isso é contraditório, pois, de um lado, há dispositivos importantes na lei, como planos e projetos para pensar o desenho da cidade no sentido da preservação, e, de outro lado, o poder público, que deveria cuidar da população e ser o primeiro a garantir isso, está realizando ações na contramão do processo.

O comitê gestor engloba essa ideia. É muito importante estar em sintonia com o próprio Iphan e outros órgãos que precisam fazer parte desse comitê para acompanhar a situação. Destaco o próprio Condepac, que tem cumprido um papel muito importante nesse processo, talvez ainda descolado dessa estrutura mais necessária da organização, da administração pública, de maneira mais eficiente, mas que tem feito um debate fundamental nesse sentido da preservação, aliado ao cuidado com a cidade, a esse olhar de cidade moderna.

Leandro, você viu isso, você chegou a conviver com debates intensos – vou chamar assim – de gente que dizia que o sonho de algumas pessoas era ver Brasília virar Las Vegas, ou a Times Square, em Nova Iorque, cheia de LEDs, neons e luzes. Fico imaginando o que essa turma faria com o Coliseu de Roma. Ela iria demoli-lo. Algo velho serve para quê? Isso está no meio da cidade, atrapalhando. Poderia haver um prédio cheio de neon: “O que o Coliseu está fazendo lá? Que coisa horrorosa!” Imaginem essa turma lá.

Eles fariam uma arena, padrão Fifa, no lugar do Coliseu. Sobre as pirâmides do Egito, fariam: “Isso está até hoje lá; tão velho, antigo”. Enfim, é o resultado dessa falta de capacidade de pensar e de olhar para o patrimônio como uma oportunidade enorme de desenvolvimento, de cuidado a partir de uma relação de ocupação do território, da nossa própria história.

Vou passar a palavra para 3 pessoas que pediram o uso da palavra. Quem quiser falar pode nos comunicar.

Os inscritos são: o Thiago Dias, que é do teatro de bonecos popular, o Mamulengo; o Francisco Paulo Mendes, que é curador, artista e jornalista da revista *BSB People*; e o Thiago Perpétuo, superintendente do Iphan do Distrito Federal.

Vou passar a palavra para vocês e combinar o seguinte: vai rodar no relógio o tempo de 3

minutos, vai tocar uma sirene, vamos colocar mais 1 minuto, mas com a tranquilidade que sempre tivemos, só para garantir o tempo, e depois combinaremos com a mesa os últimos encaminhamentos.

Concedo a palavra ao Thiago, do Mamulengo.

THIAGO DIAS FRANCISCO – Boa tarde. Primeiramente, quero cumprimentar todos e todas presentes. Agradeço a oportunidade de estar aqui e, desde já, quero parabenizá-los pela realização das Jornadas do Patrimônio.

Sou Thiago Francisco, sou do grupo Mamulengo Fuzuê. Sou também integrante da ACTB, a Associação Candanga de Teatro de Bonecos; participei do Condepac como suplente, representante da sociedade civil; e sou detentor do teatro popular de bonecos do Nordeste. Sou ceilandense, nasci em Ceilândia, brasiliense de Ceilândia.

O teatro popular de bonecos está presente no Distrito Federal desde a época da construção. Há relatos no arquivo público de que havia apresentações de teatro de mamulengo no intervalo dos trabalhadores. Porém, infelizmente, não sabemos quem eram esses brincantes que estavam no momento da construção. Eles ficaram no anonimato.

Há registros, já no final das décadas de 1970 e 1980, de outros brincantes. Retomamos essas memórias e esses registros.

Estamos em um momento de celebração do aniversário de 65 anos da cidade. Fiquei fazendo uma reflexão sobre 65 anos e até conversei com um amigo. Ele falou: “Essa é uma idade complicada, porque já começamos a perceber que temos mais passado que futuro”. É o momento em que vamos parar para pensar no nosso legado, no que deixamos para as próximas gerações.

Como diz o Leandro, é bom pensar que a nossa cidade tem muito mais futuro. Conseguimos imaginar o futuro da cidade. Conseguimos enxergar a cidade com 65 anos ainda jovem.

Fiz essa reflexão sobre os 65 anos, e esse mesmo amigo me disse: “Eu percebi que fiquei, por muito tempo na minha vida, tentando construir um patrimônio para a minha família e trabalhando para deixar algumas coisas materiais”. Depois, aos 65 anos, ele parou e percebeu que essa não era a coisa mais importante e que, talvez, tenha perdido muito tempo da vida, nesse sentido.

Quando vamos para as escolas falar de educação patrimonial, com o teatro de bonecos, perguntamos para as crianças o que é patrimônio. Elas falam, sempre, das coisas materiais. A reflexão que eu gostaria de fazer é sobre o patrimônio imaterial. As Jornadas do Patrimônio vêm sempre fazendo esse diálogo e compreendendo a cultura como algo muito importante.

Para nós, é essencial estar presentes às escolas, para construir outra perspectiva do que é patrimônio, de qual é o nosso legado e do que estamos deixando para as gerações futuras.

Acredito que já avançamos na conservação do patrimônio material. Porém, em relação ao patrimônio imaterial, como diz a ex-deputada Arlete Sampaio, acredito que temos que ser vanguarda. Devemos pensar no modelo de cidade e no que estamos valorizando mais na vida.

Temos que compreender que o patrimônio material passa pela valorização das pessoas, dos mestres e dos aprendizes. Para pensarmos nisso, temos que pensar em todo um ecossistema para que os mestres e os brincantes consigam manter vivos a tradição e o fazer artístico.

Então, acredito que temos que ser vanguarda e pensar em como colaborar para a manutenção e para a salvaguarda dos mestres, dos brincantes e dos aprendizes dessa memória, desse fazer imaterial, desse bem, dessa riqueza que temos. É isso que vai construir a nossa identidade.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem!

Obrigado, Thiago. No final, fazemos um apanhado do que podemos pensar juntos.

Neste momento, concedo a palavra ao senhor Francisco Paulo Melo, que é curador, artista e jornalista da revista *BSB People*.

PAULO MELO – Antes de tudo, é um prazer estar aqui. Tive uma surpresa quando passei por aqui para resolver algo. Estou com uma exposição chamada Alma Negra Viva! na galeria desta casa. Eu vim consertar alguns detalhes como curador e, de repente, eu vi isso acontecendo. Eu entrei, porque gosto muito desse deputado que está aí à frente, que olha para mim neste momento, que é o deputado Gabriel Magno.

Sou líder comunitário em São Sebastião. Eu procuro ajudar o povo. Eu não tenho mulher, não tenho filho, não tenho ninguém. Eu tenho o povo. Com isso, entrei para o mundo das artes, pois eu já

era artista plástico. Comecei a trabalhar e, de repente, surpreendi-me. Tornei-me curador com os estudos. Como se diz, comecei a brincar, e a brincadeira ficou séria. Ela ficou séria ao ponto de hoje eu estar movimentando um grupo de artistas, os mais conhecidos da cidade, que são todos amigos meus há 25 anos, devido ao jornalismo e ao columnismo social.

Eu tenho várias aberturas não só em Brasília, mas em São Paulo também. Eu comecei a preparar exposições em Brasília e levei um pouco do que eu estava fazendo aqui para São Paulo. O pessoal de São Paulo me abriu o mercado de lá. Agora estou fazendo o trecho Brasília-São Paulo, São Paulo-Brasília. Belo Horizonte está me chamando. Salvador está me chamando, que é onde tenho meus contatos e amigos do mundo das artes. Eu estou desenvolvendo essa integração, porque estamos em Brasília, capital do Brasil.

Nós precisamos reunir os artistas não só de Brasília, mas do Brasil para levar isso para a Bienal de Veneza. No próximo ano, estarei indo à Bienal de Veneza. Eu estou indo agora à Bienal de São Paulo. No dia 30, estarei realizando reuniões em São Paulo me preparando para a Bienal de São Paulo. Eu gostaria muito de ter suporte para levar os artistas do Brasil e a arte brasileira. Quando vemos em termos de arte, só se fala de Nova Iorque e Londres. Quando se colocam na escala as artes, aparecem a Europa e os Estados Unidos, e o Brasil está ao final. Eu fico triste quando vejo o Brasil em 15º ou 18º lugar no mundo das artes.

Temos muitos artistas, temos criatividade. Nós somos um povo que se vira nos 30. Nós temos muita criatividade, muitos artistas para mostrar ao mundo. Precisamos abrir essas portas.

Eu comecei a fazer esse intercâmbio dentro da cidade e fui levado para fora. Hoje estou em São Paulo e quero atingir Belo Horizonte e outras capitais também, como Salvador, onde já tenho conexões. O objetivo é fazermos uma exposição linda e maravilhosa que represente o Brasil, mostrarmos nosso país lá fora.

A Bienal de Veneza será em 2026, aproximadamente em maio. Nós temos um ano para trabalhar em cima disso. Eu conto com a colaboração de vocês. Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Francisco.

Anuncio a presença da senhora Bia Couto, que é arquiteta, urbanista e analista na Secretaria de Estado de Cultura.

Chegaram aqui os queridos Elcio e Juliana, da turma da Jornada do Patrimônio, sempre grandes parceiros, que têm lutado muito para que as jornadas aconteçam. Então, a minha gratidão está aqui. Registro a presença de vocês. Vocês são muito bem-vindos e bem-vindas. Vamos continuar nesse exercício e esforço para que as jornadas cresçam cada dia mais.

Já foi feito pela Vanessa o convite para o edital que saiu. É uma pauta que temos discutido bastante. Vou deixar registrado isso aqui. Obrigado pela presença de vocês.

Concedo a palavra ao Thiago, superintendente do Iphan do Distrito Federal.

THIAGO PERPÉTUO – Boa tarde a todas as pessoas presentes. É uma alegria poder participar deste momento nesta casa tão importante. Faço uma saudação a todos os presentes na mesa na figura do deputado Gabriel Magno, que tem feito uma atividade sempre muito constante relacionada à cultura em todos os aspectos dentro desta casa. Saúdo meu presidente Leandro Grass; Arlete Sampaio, que é uma lutadora da cultura brasiliense desde sempre.

Eu vou falar brevíssimas palavras inicialmente sobre a alegria de estarmos, mais uma vez, discutindo a questão das Jornadas do Patrimônio. Eu, neste momento, sou superintendente, mas falo como técnico do Iphan, como servidor da casa. Nós buscamos, em conjunto com os servidores tanto da Secretaria de Educação quanto da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, ano após ano, tentar fortalecer as Jornadas do Patrimônio, que não são simplesmente uma efeméride, um momento. Para nós, elas são uma construção e, ano após ano, são, cada vez mais, fortalecidas. Nelas, buscamos conexões e buscamos valorizar e fomentar o patrimônio em diversas das suas expectativas.

Para nós, é muito gratificante que, neste momento, contemos com o apoio de emendas parlamentares de deputados da nossa base, exatamente porque, sem esse apoio, teremos uma dificuldade muito grande de implementar todas as ações decorrentes dessas jornadas, que são tão importantes.

Eu gostaria também de fazer uma breve colocação. Estamos vivendo também um momento muito delicado do ponto de vista da gestão do patrimônio cultural, em nível nacional inclusive. Neste momento, os servidores da cultura estão reivindicando que haja uma valorização da carreira da cultura,

pois estamos vivendo um momento que é quase surreal. Estamos vivendo uma euforia muito grande por conta da revalorização do Ministério da Cultura, de um investimento massivo que tem sido feito pelo governo Lula, só que, ao mesmo tempo, os servidores da carreira da cultura, que é uma das carreiras menos valorizadas da Esplanada dos Ministérios, estão debandando. A palavra é essa.

Então, preciso compartilhar esse momento com vocês. A despeito de eu estar falando sobre uma perspectiva mais federal, eu também gostaria de aproveitar esse espaço para fazer um apelo pela valorização dos servidores da cultura, inclusive do Distrito Federal. Quando pensamos em falar a respeito da gestão e das políticas públicas, da gestão dessas políticas portanto, também precisamos pensar na valorização daquelas pessoas que, ao mesmo tempo, têm que trabalhar na perspectiva dos detentores do patrimônio cultural da maior cidade tombada de que se tem notícia e enfrentar um enorme desafio: trabalhar os bens culturais, sedes dos Poderes da República.

Esse é um esforço enorme, é um esforço conjunto que está se tornando cada vez mais impraticável, devido à quantidade de servidores que estão buscando outras colocações, dentro e fora do serviço público, exatamente porque, do ponto de vista da valorização da carreira, ainda existe uma defasagem muito grande.

Quero aqui testemunhar, inclusive, que o Leandro Grass tem feito quase uma guerra, no melhor sentido da palavra, para buscar essa valorização junto ao MGI. Ele tem feito diversas conversas, mas faço um apelo para que as pessoas levem isso à nossa base, à mídia, se for o caso, a fim de que esse assunto ganhe visibilidade.

Os servidores da cultura precisam ser valorizados. Estamos vivendo, neste momento, tanto no Distrito Federal quanto no Brasil, uma situação realmente bastante delicada.

Eu gostaria que as pessoas compreendessem que a gestão da política da cultura, que é tão transversal, perpassa, na verdade, por todas as outras pastas. Não estou falando que ela está ligada simplesmente a turismo e educação, não. Defendo que a cultura perpasse, literalmente, por todas as pastas. Ela está relacionada ao Ministério da Saúde, está relacionada ao Ministério da Gestão e da Inovação, está relacionada à perspectiva do desenvolvimento da nossa nação. Isso, nesta cidade, especificamente, também é muito verdade.

Eu gostaria, portanto, de agradecer a oportunidade de estarmos todos aqui para trazer essa palavra de apoio para a valorização dos servidores da cultura.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Thiago.

É fundamental registrar o nosso apoio à justa, merecida e necessária valorização dos servidores da cultura, no âmbito do Brasil e no âmbito do Distrito Federal.

Quero trazer, Thiago, um dado importante dessa disputa, dessa luta, dessa guerra travada no parlamento pela valorização dos servidores da cultura, que são os responsáveis pela efetivação da política cultural.

No Distrito Federal, existem, no total, por meio da lei que regulamenta a carreira dos servidores públicos da Secretaria de Estado de Cultura, 900 cargos. Desses 900 cargos, 119 estão ocupados hoje. São 781 cargos vagos. Apenas 13% dos cargos totais da Secretaria de Estado de Cultura estão ocupados por servidores públicos efetivos. Isso, obviamente, tem impacto direto na ponta da execução da política cultural.

Com muito esforço – já que, nos últimos anos, todas as Leis de Diretrizes Orçamentárias vinham zeradas para o preenchimento dessas vagas – conseguimos que a LDO de 2025 previsse 120 nomeações de servidores para a Secretaria de Estado de Cultura. Elas são importantes, embora, diante desse número, sejam insuficientes, visto que existem 781 cargos vagos, mas 120 cargos a mais vão dobrar a força de trabalho da Secretaria de Estado de Cultura.

Vamos continuar nessa briga não só para que haja concurso público e nomeação, mas também para que seja estabelecida a necessária reestruturação e valorização da carreira, como aconteceu recentemente. Tivemos uma importante reestruturação na carreira dos músicos e das musicistas que compõem a Orquestra Sinfônica. Conseguimos, a partir dessa luta e mobilização, a reestruturação da carreira, que foi aprovada na Câmara Legislativa.

Eu gostaria de perguntar à mesa se alguém quer fazer alguma consideração. Antes de passar a palavra, quero falar, como combinado com vocês, sobre os encaminhamentos.

Do ponto de vista das jornadas, continuamos na disputa, na luta e na briga para incorporar o

que a lei já determina no orçamento. Vamos iniciar o ano de 2026 na Comissão de Educação e Cultura com os debates da LDO neste semestre e da LOA no segundo semestre para garantir os recursos no orçamento, evitando depender das emendas parlamentares. Até lá, reafirmamos nosso compromisso público de destinar recursos por meio das emendas individuais do nosso mandato, para que as jornadas possam se efetivar e funcionar.

Temos conversado muito e pensado em dispositivos e mecanismos orçamentários para que esse processo aconteça, até por meio do PDAF. Neste ano, estamos organizando e desenhando uma iniciativa nova, para ver como conseguimos fazer com que esses recursos para as jornadas aconteçam por meio do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira das escolas no Distrito Federal, que é o PDAF. Isso fica combinado.

Sobre essa questão que a Vanessa trouxe de um grupo de trabalho, da constituição de um processo para a construção desse memorial das jornadas, para resgatar essa história e produzir conteúdo sobre isso. Nós também já tínhamos combinado um processo de desenho de uma cartilha do patrimônio para levarmos às escolas da rede, tentando distribuir, por meio da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Legislativa, em parceria com a Secretaria de Educação e com esse grupo que acompanha as jornadas. Assim, poderemos chegar às 705 escolas públicas do Distrito Federal com a cartilha do patrimônio cultural.

Leandro e Thiago, no Distrito Federal, convidamos o Iphan para pensarmos juntos o conteúdo e o desenho desse material para as escolas. Acho que isso qualifica o debate da política e massifica e democratiza o acesso aos nossos estudantes, professores, professoras e profissionais na Secretaria de Educação. Acho que essa seria a primeira etapa de encaminhamento da jornada.

A segunda etapa é o compromisso que temos, por meio da Comissão de Educação e Cultura, no debate que está sendo realizado na cidade e será realizado na Câmara Legislativa sobre o PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial –, com a construção de um capítulo de cultura no PDOT. Temos apresentado isso em reuniões públicas e oficinas do PDOT. Agora, vamos começar a fazer isso com o setor cultural. A partir do final de abril e início de maio, vamos iniciar uma série de oficinas organizadas pelo mandato e pela comissão para debater e discutir o PDOT, com um viés na escuta ativa do setor cultural – artistas, produtores culturais, trabalhadores da cultura, setor empresarial da cultura, donos de bares, restaurantes e casas. Vamos pensar o desenho da cidade que o PDOT vai montar, aquilo que deve ser induzido pelo próprio orçamento das políticas públicas. Vamos verificar como o setor cultural entra nesse desenho, além de acompanhar aquilo que está previsto no PPCUB. Isso fica no segundo eixo de encaminhamentos da nossa comissão.

O terceiro eixo foi apresentado pelo Thiago. Há um projeto de lei tramitando nesta casa, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, a quem saúdo pela iniciativa, sobre a salvaguarda e proteção dos mestres de cultura. Estamos acompanhando esse debate para que ele possa tramitar e chegar ao plenário. Há um diálogo com a Secretaria de Cultura. Obviamente, a lei ajuda muito e dá força institucional para esse processo. Esse projeto foi relatado na Comissão de Educação e Cultura. Que a Secretaria de Cultura também pense em política pública – independentemente do tempo legislativo que a casa terá para a aprovação ou não do projeto – para desenhar esse importante instrumento de preservação que o Thiago trouxe.

Leandro, reafirmo as parcerias que já temos feito com o Iphan, do ponto de vista dos equipamentos e do debate sobre o patrimônio na cidade. Recentemente, fizemos uma visita ao Teatro Nacional e temos acompanhado esse processo. Você já apresentou aqui outros equipamentos que o Iphan tem acompanhado com muito cuidado. Fica o compromisso da Comissão de Educação e Cultura desta casa de estar junto nesse processo, não só de fiscalização, mas também de acompanhamento da execução dessas obras e processos. Estamos à disposição do Iphan para o que for preciso, no parlamento e na Comissão de Educação e Cultura da Câmara Legislativa, para pensarmos juntos a política de patrimônio cultural da nossa cidade. Esses são os elementos gerais dos nossos encaminhamentos.

Pergunto se alguém quer fazer alguma contribuição ou novo encaminhamento.

Concedo a palavra ao Tico Magalhães.

TICO MAGALHÃES – Vou fazer 2 convites. O primeiro é para que nos preocupemos mais com os espaços culturais e suas reformas. O segundo é para que visitemos os espaços existentes, que muitas vezes não são oficiais. Essa utopia de Brasília continua existindo nesses espaços, são comunidades juntas criando brincadeiras, identidades coletivas e novas formas de estar na cidade. Essa utopia que pensamos e que foi escondida pela ditadura militar, como mencionamos, continua existindo

nesses espaços, daí a importância desses lugares.

Nós citamos a Vila Cobra Coral. No dia 14 de janeiro deste ano, já estava marcada uma derrubada para esse local, mas conseguimos evitá-la mais uma vez. É um lugar que tem um brinquedo que é patrimônio cultural e imaterial da cidade. No ano passado, fizemos 3 festas neste local e elas viraram lei nesta cidade. Há mais de 10 anos estamos no PAS, no vestibular da UnB, para o qual alunos de primeiro, segundo e terceiro anos de escolas públicas e particulares estudam mitologia. Hoje atendemos inúmeras escolas e aprovamos um projeto pelo FAC, chamado Brasilidades, por meio do qual vamos fortalecer esse envolvimento maior com as escolas. A proposta é que possamos também visitar esses espaços.

Já tivemos a primeira festa dessas 3 que se tornaram agora patrimônio imaterial. É importante que visitemos esses lugares e que cuidemos deles, porque também estão sendo ameaçados. É um pouco o papel do Seu Estrelo criar esses patrimônios e acredito muito nisso. É preciso entendermos o que chegou aqui.

O Vladimir Carvalho falava muito isso: "Chegou aqui, mas quando também criaremos, a partir daqui, a nossa identidade?" Só teremos uma geração, pessoas brigando pela cidade, quando elas aprenderem a amar essa cidade. A arte é, novamente, uma das formas por meio da qual conseguimos fazer isso, criar brincadeiras que deem sentido à cidade e que tragam esse olhar para a própria cidade. Então, precisamos criar os nossos patrimônios, além de preservar os que aqui já existem, os que já fazem sua brincadeira. Precisamos criar essa identidade também.

Por fim, eu gostaria de fazer um convite a todos. No dia 1º de maio, faremos, no Museu, pelo segundo ano, um projeto intitulado Conterrâneos Novos de Guerra. Este projeto é uma homenagem ao cineasta Vladimir Carvalho, inspirado em sua obra *Conterrâneos Velhos de Guerra*. O projeto mostra as pessoas que estão construindo esta cidade por meio da cultura. No dia 1º de maio, o filme será projetado na cúpula do museu, e haverá diversos *shows* com artistas, com esse povo que está fazendo a cultura da cidade.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – A Orquestra Alada Trovão da Mata vai estar lá – não é, Tico?

TICO MAGALHÃES – Vai estar lá a orquestra, o Seu Estrelo...

Quero também parabenizar o Condepac pelo trabalho; há pessoas muito corajosas lá. Quando entramos com o pedido, no ano passado, por ele ter registrado o Seu Estrelo como patrimônio cultural e imaterial da cidade. Isso é mostrar que esta cidade, sim, está aberta à invenção cultural. Precisamos inventar a cidade que queremos.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem. O Tico abriu e encerrou brilhantemente esta comissão geral.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos.

Antes de finalizar, registro que ontem, 23 de abril, foi celebrado o Dia do Choro, uma expressão cultural reconhecida como patrimônio no ano passado. Deixamos esse registro nesta comissão geral.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACTB – Associação Candanga de Teatro de Bonecos

CED – Centro Educacional

Condepac-DF – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal

FAC – Fundo de Apoio à Cultura

Fifa – Fédération Internationale de Football Association; em português, Federação Internacional de Associações de Futebol

Geapla – Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte-Educação

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual
MGI – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD-DF – Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal
PAS – Programa de Avaliação Seriada
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
Secec – Secretaria de Cultura e Economia Criativa
Seduh – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SUS – Sistema Único de Saúde
UnB – Universidade de Brasília
Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization; em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 29/04/2025, às 15:47, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 Código Verificador: **2115078** Código CRC: **B09207FA**.

Ata Circunstanciada da 34ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 29 DE ABRIL DE 2025.	
INÍCIO ÀS 15H	TÉRMINO ÀS 17H02

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Pepa a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Quero deixar registrado que eu, o deputado Pepa e o deputado Eduardo Pedrosa nos ausentaremos da sessão por um tempo, porque vamos ao Congresso Nacional para o lançamento da federação entre a União Brasil e o PP.

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

(Assume a presidência o deputado João Cardoso.)

PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Antes de passar ao comunicado de líderes, gostaria de anunciar a presença dos estudantes da Escola Classe 50 de Taguatinga. Todos os meus 8 filhos são estudantes de escola pública. Eu sou professor da Secretaria de Educação, minha esposa também, todos aqui defendem a educação. O deputado Gabriel Magno, que está dando tchau para os estudantes, também é professor da Secretaria de Educação. Parabéns a todos! Que Deus abençoe vocês na escola! Estudem.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nós estamos acompanhando de perto essa decisão do governador do Distrito Federal de, por meio do BRB, comprar por 2 bilhões de reais uma parte do Banco Master.

Eu sustentei desde o primeiro momento que, para haver essa autorização, é necessário passar aqui pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Isso está na Constituição e na Lei Orgânica do Distrito Federal.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal fez um parecer raso, dizendo que não precisava passar pela Câmara Legislativa. Nós estamos aqui agora com um parecer robusto, da lavra da Procuradoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que tem bons procuradores, pessoas concursadas, da mais alta qualidade, que produziram um parecer primoroso, mostrando que precisa, sim, passar por esta casa.

Portanto, se o Governo do Distrito Federal quer entrar nesta aventura de comprar um pedaço do Banco Master, tem que passar por aqui. O governo precisa enviar um projeto e pedir a autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Depois, os deputados votam e arcam com a sua responsabilidade de autorizar esse negócio temerário.

Está aqui o parecer. São páginas e páginas fundamentadas na Constituição brasileira e na Lei Orgânica do Distrito Federal – a Lei Orgânica é a constituição do Distrito Federal –, mostrando que é preciso que o governador encaminhe um projeto para a Câmara Legislativa, para que esta casa autorize ou não a compra. No que depender de nós, não vamos autorizar, porque é um negócio temerário.

Hoje estivemos em uma audiência pela manhã com o presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípolo, levando exatamente a nossa preocupação. Estivemos lá eu, o deputado Gabriel Magno e a deputada federal Erika Kokay, externando a preocupação que temos com relação ao banco.

O governador havia anunciado que o negócio já estava fechado. Mas o que nós ouvimos hoje, lá, do Banco Central é que o assunto mal começou, até porque eles ainda não levaram a documentação completa para que o Banco Central do Brasil possa analisá-la. O banco vai analisar com critérios técnicos. Eles escalaram os melhores técnicos do Banco Central para fazer essa avaliação. Depois ainda terá que passar pelo Cade.

O Banco Central tem, no mínimo, 365 dias para fazer essa análise. Está só no começo. Portanto, aquela história do governador, de que ele já havia sido comprado, não existe. Não compraram nada e, se depender de nós, não vão comprar, porque é um negócio temerário.

Nós saímos do Banco Central com a tranquilidade de que ele, efetivamente, está preocupado com a saúde do Banco de Brasília e, certamente, não vai autorizar nenhum negócio temerário.

Dito isto, presidente, eu quero abordar outro assunto, que é a questão da saúde pública no Distrito Federal.

Nas UPAs, superlotadas de pacientes, há briga a todo instante. Antes de ontem, aconteceu um negócio terrível: a depredação da UPA da Ceilândia, construída no governo Agnelo, a maior UPA do Distrito Federal.

Sabem para quem está sobrando? Sobra para os vigilantes. O pobre do vigilante tem que conter a fúria de uma mãe, de um pai que fica ali por horas a fio e não recebe o atendimento necessário para sua família.

Portanto, a Câmara Legislativa precisa estar preocupada, efetivamente, com essa situação, até porque 83% da população do Distrito Federal não têm plano de saúde; por não terem um plano privado, precisam de um atendimento de qualidade na rede pública de saúde do Distrito Federal.

Pensem, comigo, em uma mãe que vai a uma UPA com o filho nos braços, a criança chorando, com febre, tremendo. Imaginem essa mãe achando que a criança vai morrer porque não há ninguém para atendê-la. Ela vai se revoltar mesmo.

É preciso que o Governo do Distrito Federal – o governador Ibaneis – entenda que é importante cavar buraco, fazer viaduto, fazer túnel, mas há algo muito mais importante: a saúde pública no Distrito Federal. Para haver esse entendimento, é preciso acabar com a interferência política na Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Devem ser nomeadas pessoas qualificadas, técnicos. Não pode essa ou aquela subsecretaria ser propriedade de deputado. Isso dá errado, mas é o que está acontecendo. É preciso mudar, efetivamente, essa realidade.

Existe dinheiro de sobra para a saúde no Distrito Federal. É a unidade da Federação com o maior volume de recursos. Nenhum outro estado tem o recurso que há para Brasília. O meu querido estado do Piauí, o menor da Federação, tem um orçamento menor do que o Fundo Constitucional. Entretanto, a saúde pública no Piauí funciona; no Maranhão também funciona. Por que não funciona no Distrito Federal? O que falta? Falta compromisso com a nossa população do Distrito Federal.

O clamor feito pelas mães precisa ser atendido. Elas não podem ser tratadas como criminosas! Esse problema não pode recair sobre os nossos vigilantes!

Depois vou falar das visitas que tenho feito às escolas e da necessidade de um tratamento especial para o sistema de educação do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Quero anunciar a presença dos alunos da Escola Classe 50 de Taguatinga. Vocês estão aparecendo na televisão. Que lindos! Parabéns! Espero que a visita de vocês a esta casa seja agradável, que conheçam o parlamento e que estudem bastante. Parabenizo também os professores e o pessoal da carreira PPGE que estiverem acompanhando os alunos. Que Deus os abençoe nesse sacerdócio que é ensinar! Deus as abençoe, crianças! Obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde, presidente, deputados, deputadas, quem assiste a nós na galeria e pela TV Câmara Distrital. Neste sábado, tive a

oportunidade – convidado pela comunidade – de visitar a ocupação de Furnas em Samambaia. Chamou a minha atenção essa visita e me trouxe uma preocupação enorme com a situação de moradia e dignidade daquelas pessoas. Talvez Furnas seja uma das mais dramáticas situações que observamos no Distrito Federal. A mesma cidade da festa dos 65 anos de Brasília no valor de 15 milhões de reais, a mesma cidade onde o BRB quer comprar o banco Master por 2 bilhões de reais é a cidade onde há mais de 200 famílias morando embaixo de cabos de alta tensão há mais de 20 anos.

Trata-se de um lugar onde as pessoas tomam choque diariamente; onde elas não têm banheiro dentro de casa para fazer as necessidades; onde não sabem a posição delas na fila da Codhab para aquisição da moradia; onde muitos não têm acesso aos benefícios de assistência social; a que o Estado praticamente não chega. É óbvio que o Estado não chega de forma adequada. A reclamação é generalizada. No lugar não há asfalto, água, luz e as pessoas se viram para sobreviver.

As cenas que vimos são horrorosas: cabos no chão, vídeos mostrados nos celulares de alagamentos em razão de cada chuva que acontece na região. A ocupação está há mais de 20 anos em Samambaia. Eu fui lá fazer uma reunião com a comunidade. Depois de meses de reclamação, a administração recolheu o lixo, que estava bem em frente à ocupação. Com certeza, fizeram isso porque havia reunião marcada ali.

Eu fiz questão de começar falando desse assunto. Estamos vivendo hoje em 2 DFs. São 2 Brasília: a da fantasia do governador, que vende uma cidade em que está bem, onde está tudo maravilhoso, onde existe a fantasia do Governo do Distrito Federal, que comemorou os 65 anos desta cidade maravilhosa; e, infelizmente, a da profunda desigualdade, pois alguns têm muito em tantos temas, como temos falado aqui, desde arborização até acesso à infraestrutura urbana, a asfalto nas ruas, enquanto outros não têm o seu direito à moradia garantido. Esta é a cidade real, que vemos lá na ponta, onde as pessoas não têm acesso a água e a luz, onde elas não têm acesso a asfalto, onde elas não têm acesso a nada! E essas pessoas, hoje, ligam o alerta desta casa indicando para quem temos que trabalhar, para quem temos que atuar.

Acho que é muito importante que esta casa atue contra a desigualdade social. É muito importante – e eu tenho chamado atenção para isto – que esta casa atue com independência política para ter coragem inclusive de colocar o dedo na cara do governador e chamar a responsabilidade, porque deputado não foi eleito para passar a mão na cabeça de governador, mas para apontar os problemas que vivenciamos, inclusive os da população mais necessitada.

Quando chego ao local, o que as pessoas mais falam é que os políticos vão lá na véspera da eleição, muitos deles com cesta básica ou contratação na mão, e depois as pessoas são abandonadas. Essa é a situação da política! Nós sabemos disso, não é, deputado João Cardoso? Nós que fazemos campanhas, que somos militantes, que vamos conversar com as pessoas sabemos como são as campanhas nesta cidade, a dinheirama que há nessas campanhas eleitorais. E as pessoas continuam lá descrentes, abandonadas. Essa é a forma como os territórios são vistos hoje no Distrito Federal.

Saí sábado da ocupação de Furnas triste, porque temos permitido que pessoas estejam nessa situação na nossa cidade. Nós precisamos fazer alguma coisa. Minha fala hoje é um desabafo, um alerta. Nós fomos lá e é óbvio que vamos tomar providências: vamos mandar a lista para a Codhab, vamos cobrar assistência social, vamos fazer um mutirão da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa.

Nós não somos de falar, somos de agir, de trabalhar! O nosso grupo na comissão atua de forma muito diligente e muito séria quanto aos temas desta cidade. Mas fiz questão de fazer este registro hoje, no plenário desta casa, pois sei da gravidade da situação que aquelas famílias e a população estão enfrentam há mais de 20 anos. Uma tragédia está anunciada ali! Uma tragédia está encomendada naquela ocupação de Furnas, com aqueles fios de alta tensão passando em cima de milhares de famílias, crianças e adolescentes que moram no local.

Não podemos dizer que o governador do Distrito Federal não sabe disso, até porque, antes da campanha eleitoral de 2022, ele visitou a comunidade. Eu estive lá, e eles falaram que o governador visitou a comunidade. E, até agora, em 2025, ano de véspera de eleição, o Governo do Distrito Federal não fez nada para ajudar aquela população.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Peço ao deputado Chico Vigilante que assuma a presidência, para que eu possa me pronunciar. Obrigado.

(Assume a presidência o deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Cumprimento todos os parlamentares presentes; a assessoria; o pessoal da comunicação; o pessoal da Polícia Civil que está aqui hoje conosco, em busca de suas nomeações; os aprovados no concurso da Polícia Penal, que estão lutando por isso também; os agentes de saúde; e os aprovados no concurso da carreira de auditores fiscais. (Palmas.)

Eu começo este pronunciamento, hoje, presidente, falando justamente sobre o agradecimento que tenho a fazer ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, referente ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. O parecer foi emitido pelo Tribunal de Contas.

Essa certidão foi emitida no dia 23 de abril. Trata-se de certidão de execução orçamentária do GDF e é válida até o primeiro bimestre de 2025. Com isso, asseguro que esse limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas com pessoal viabiliza as nomeações de concursos já homologados. É o caso de todos que estão aqui neste momento, como os da minha própria carreira de auditores fiscais. Para o concurso que vocês fizeram, hoje existe essa possibilidade.

Espero que o governo já esteja atento a isso e tenho a certeza de que está. Estivemos, recentemente, com o governador Ibaneis Rocha, e achei muito bacana o gesto dos auditores fiscais e das comissões que estiveram presentes. Eu marquei essa reunião com o governador. Eles não foram lá para exigir a nomeação imediata, pois o governo já sabe que precisa nomear e que o GDF precisa desse trabalho; foram lá para agradecer, pois há mais de 30 anos não havia esse concurso de auditores fiscais. Digo para vocês que foi um gesto muito bacana. O governador prestou bastante atenção nisso. Agora, com esse parecer do Tribunal de Contas, acredito que, em breve, o Governo do Distrito Federal, na pessoa do governador Ibaneis Rocha e na pessoa da vice-governadora Celina Leão, vai fazer a convocação necessária, de forma gradual, para compor os quadros de servidores públicos do Distrito Federal.

Os pais do concurso, pessoal, são vocês que estudaram, que se prepararam, que passaram no concurso e que fazem jus ao cargo público tão almejado. Eu os parabeno não só pela luta, mas principalmente por vocês serem os pais desses concursos – o pai do concurso de policiais civis; o pai e a mãe do concurso da Polícia Penal; o pai e a mãe do concurso dos agentes de saúde; assim como pais do concurso dos auditores fiscais.

Como parlamentares, políticos ou governantes, temos apenas que cumprir a lei. E o que é cumprir a lei? É fazer com que aqueles que foram aprovados sejam, sim, convocados. Os pais das crianças são vocês, que são competentes e passaram em um concurso público. Parabéns! (Palmas.)

Presidente, quero falar também sobre um grupo muito amado pela Secretaria de Educação, pelos pais dos alunos, por toda a educação pública do Distrito Federal, que são os educadores sociais voluntários. Alerto os pais para que descubram se o seu filho especial está sendo cuidado por um monitor. As pessoas acham que eles são monitores concursados, e não são. A grande maioria são educadores sociais voluntários, que estão numa situação muito precária há anos. Qual é a situação precária? O deputado Gabriel Magno esteve lá comigo na audiência pública que fizemos. Nós conhecemos bem a situação.

Minha cunhada achava que a pessoa que tomava conta do meu sobrinho especial era um monitor concursado. Eu falei: “Não! Ele é um educador social voluntário que trabalha e ganha – por dia – 40 reais.” Se acontecer alguma coisa com esse educador, dentro ou fora da unidade escolar, e ele se machucar, ele não está amparado. Já aconteceu um caso muito emblemático de uma moça que estava tomando conta de um rapaz especial bem forte. Ele esbarrou nela, ela caiu e quebrou a bacia. O que aconteceu com essa moça? Foi para casa! Bye-bye! Ela não teve direito a nada e parou de receber os 40 reais por dia porque não está trabalhando. O que é feito então? Chamam outro educador social voluntário. O direito deles é zero!

Inclusive, eles participam de um processo seletivo, todos os anos. Vocês que estão almejando um cargo público, imaginem isto: quando chega dezembro, bye-bye, tchau! Eles não recebem nada. Os que passam no processo seletivo são contratados e ficam disponíveis. Se trabalharem, recebem. Se não trabalharem, não recebem. Eles não podem nem sonhar com atestado médico ou direitos trabalhistas!

Nós fizemos uma audiência pública justamente para alertar o Governo do Distrito Federal: se os

educadores sociais pararem, a educação pública no Distrito Federal para! Eles são essenciais para as escolas. Os diretores, os professores e os servidores da carreira PPGE sabem disso.

Nesta semana, eu me surpreendi com um memorando que vi. Os coordenadores regionais de todas as regionais de ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal estão mandando esse memorando para as escolas informarem se os educadores sociais têm formação nas áreas de enfermagem, farmácia, saúde bucal e técnico de enfermagem. Eu não entendi o porquê disso. Se, na sala de aula, mesmo que o professor de matemática seja médico, ele não tem a responsabilidade de ministrar nenhum remédio.

Acredito que não seja isso que eles estão querendo fazer. Fizeram esse levantamento. Pedi à Secretaria de Educação que informe por que está querendo saber se o educador social tem formação na área da saúde. O trabalho que eles já fazem é análogo à escravidão. Eles ganham 40 reais por dia e não têm direito a nada. Agora, tentam descobrir se eles têm ou não alguma formação na área da saúde. A maioria deles é formada, sim, na área de pedagogia. Muitos são formados, mas sempre na área de educação.

Os alunos da Escola Classe 50 aqui presentes devem ter educadores sociais.

Espero que a secretaria nos responda o mais rápido possível. Espero que isso possa ser instrumento de valorização dos servidores educadores sociais voluntários. Eles precisam ser valorizados. Vimos várias alternativas. Espero que eles sejam valorizados. Hoje, eles representam mais de 4 mil servidores na educação.

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Mais uma vez, quero registrar a presença dos estudantes e professores da Escola Classe 50 de Taguatinga. Eles são participantes do Programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

Muito obrigado pela presença de vocês, que alegram bastante esta Câmara Legislativa do Distrito Federal.

(Manifestação na galeria.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde, presidente.

Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham na Câmara Legislativa.

Deixo um abraço especial aos professores, às professoras, aos trabalhadores da Escola Classe 50 de Taguatinga e aos estudantes presentes. É sempre um prazer recebê-los na nossa casa.

Presidente, quero começar fazendo mais uma crítica à falta de prioridade do governo Ibaneis. Como vossa excelência relatou, estivemos hoje com o presidente do Banco Central para tratar dessa compra absurda, pelo BRB, de um banco falido por 2 bilhões de reais. Hoje, a consultoria legislativa da Câmara Legislativa apresentou um estudo técnico. Vou ler o primeiro parágrafo:

“A conclusão do presente estudo reside na imprescindibilidade da autorização legislativa específica para a participação do Banco de Brasília como acionista do Banco Master.”

Além de imoral, a operação também carece de legalidade e precisa passar por esta Câmara Legislativa.

Pergunto às professoras e aos estudantes da Escola Classe 50 de Taguatinga: esses 2 bilhões de reais não deveriam ser aplicados nas escolas para nomear mais professores, melhorar os salários dos educadores sociais voluntários, construir bibliotecas, quadras cobertas e laboratórios, melhorar as merendas? Essa não deveria ser a prioridade do Governo do Distrito Federal?

São 2 bilhões de reais para comprar um banco falido. Hoje foi apresentado pela consultoria técnica legislativa desta casa algo que já estamos dizendo há algum tempo: isso também precisa passar por aqui. A operação é ilegal, é imoral. Não escuta o maior acionista do BRB, que é o povo do Distrito Federal.

Enquanto isso, vimos, assustados, o que aconteceu nesse final de semana na UPA de Ceilândia. A população do Distrito Federal tem razão quando se revolta contra o descaso deste governo com a saúde, a educação, o meio ambiente e as políticas sociais. É inaceitável o que está acontecendo.

Há crise na UPA de Ceilândia, há mortes em várias UPAs desta cidade e adivinhem o que o IGESDF, que controla as UPAs e delas cuida, está fazendo hoje? É inacreditável! O IGESDF hoje está

fazendo um fórum de experiência do paciente do IGESDF intitulado “Do cuidado ao encantamento”. Quem vai falar nesse fórum? Falarão CEOs de empresas particulares, privadas, internacionais e a primeira-dama. Isso é um escárnio. É uma piada o que este governo faz com a população do Distrito Federal. Isso não é possível. Há falta de empatia, há falta de cuidado, há falta de respeito, presidente, com a população, que está se revoltando – com razão – nas portas dos hospitais.

Mais uma vez, expresso minha solidariedade aos servidores da saúde que estão na ponta, se sacrificando, porque falta servidor, falta nomeação de servidores da saúde e falta melhoria das condições de trabalho. São eles que estão lá na ponta, no dia a dia, se desdobrando para oferecer o melhor atendimento à população. Eles não têm culpa se a gestão do Distrito Federal é um caos e inverte as prioridades. Estão querendo investir 2 bilhões de reais em um banco falido e estão abandonando a população.

Presidente, eu vou apresentar um áudio que mostra que a população do Distrito Federal, na verdade, sabe bem avaliar o que é este governo. Uma reportagem da Rede Globo, neste final de semana, destacou outro episódio lamentável, relacionado aos problemas decorrentes das chuvas: os buracos nas ruas, o alagamento da cidade e a falta de cuidado deste governo com a infraestrutura.

Vou apresentar esse áudio. Acho que ele reflete bem o que o povo do DF pensa do governo Ibaneis.

(Apresentação de áudio.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – A dona Francisca e o povo do Distrito Federal têm razão. Esse governador é uma porcaria! Não cuida da cidade, não cuida do Distrito Federal. Brasília, presidente, não aguenta mais esse governo!

Para concluir, lembro que, nesta quinta-feira, haverá o feriado de 1º de maio. Quero lamentar mais um descaso desse governo com os servidores públicos, porque historicamente, nesse feriado, presidente deputado Chico Vigilante, os governos do DF costumam fazer um aceno para os servidores públicos e antecipam o pagamento dos salários.

A Lei Complementar nº 840/2011 diz, deputado Max Maciel, que os salários dos servidores públicos caem na conta até o 5º dia útil do mês subsequente. Mas historicamente, no dia 1º de maio, o salário é antecipado, como um gesto para os servidores públicos, que são tão importantes para esta cidade. Devido à desorganização completa desse governo e ao ponto facultativo no dia 2 – essa é a alegação –, nesse 1º de maio não serão antecipados, infelizmente, os salários dos servidores públicos desta cidade.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Eu quero alertar aos deputados que estão nos seus gabinetes que hoje é terça-feira, há ordem do dia, então, deveríamos estar neste plenário votando. Mas, se os deputados não descerem para o plenário, daqui a pouco vamos encerrar a sessão. São 16 horas e 15 minutos.

Há mais 2 deputados para usarem da palavra. Após as falas dos deputados presentes no plenário, vamos encerrar a sessão.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Hermeto. (Pausa.)

Está encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, que neste momento preside a sessão.

Quero saudar a todos e todas os presentes na galeria e no plenário desta casa, e aos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Deputado Chico Vigilante, sem dúvida nenhuma o seu telefone também toca bastante, e, quando ocorre algo na saúde do DF, não deve ser diferente. Assim como devem tocar os telefones do deputado Gabriel Magno, do deputado Fábio Félix e da deputada Dayse Amarílio, que estão neste plenário. Como parlamentares, temos que ser muito francos. Nós não temos mais o que dizer para a população do DF. Essa é a realidade.

Realizamos fiscalizações, fazemos requerimentos, apresentamos representações no Tribunal de Contas do Distrito Federal, no Ministério Público, encaminhamos emendas – apesar de ser pequeno o valor diante do orçamento da saúde, que é de 14 bilhões de reais – para situações pontuais no PDPAS, nos hospitais, nas UBS, para tentar amenizar os problemas de funcionamento. Nesta casa, lutamos por nomeações da enfermagem, dos agentes comunitários de saúde, dos Avas. Também lutamos pelo estabelecimento de um pacto com o sindicato dos médicos e o dos enfermeiros, a fim de que exista qualidade no atendimento para quem está na ponta.

Mas a realidade é que tudo isso não é suficiente para a população do DF, e não deve ser mesmo. No último domingo, o telefone tocou e fomos marcados em vídeos de pessoas desesperadas na UPA de Ceilândia, quebrando a UPA, detonando tudo, e perguntando: “Deputado, você vai fazer o quê?”

O que temos para dizer para a população do DF? Eu jamais serei capaz de condenar uma pessoa que passa 6, 7 horas dentro de uma unidade de saúde sem conseguir uma resposta sobre o atendimento que será dado à sua família. No desespero, exagera-se. Eu sou incapaz de dizer para ela que estava errada. Errados somos nós, porque, diante de tudo que fazemos, não conseguimos dar uma resposta efetiva à população.

O que digo à comunidade é que talvez ela esteja marcando as pessoas erradas, não resolve apenas marcar os parlamentares. Nós temos que marcar o governador do DF, pois ele é do Executivo e deve cumprir a missão de garantir na ponta o atendimento eficaz, eficiente e com qualidade no setor de saúde. O que compete a esta casa – e para isso vamos precisar de coragem – é que nós, parlamentares, agilizemos a CPI, que está parada.

Por que há médicos batendo ponto, mas não estão na unidade? Há denúncia no Ministério Público sobre isso, nós temos que saber sobre essa fita. Nós queremos saber por que o IGESDF diz, por exemplo, que na UPA da Ceilândia são feitos 17 mil atendimentos, sendo que ela atende 100 pessoas por dia. Eles não explicam que, se essas 100 pessoas passam 5 dias na UPA, serão contabilizados 5 atendimentos, pois a contagem na UPA tem duração de 24 horas e, a cada 24 horas, a pessoa é reinternada. Essa situação é contada como um novo atendimento, por isso os números de atendimentos são sempre altos.

O que falta aqui é a base do governo vir ao microfone defender o governador e dizer por que a saúde está desse jeito – mesmo com o dinheiro de que ela dispõe – e por que ainda estamos negociando a privatização.

Denunciamos aqui o cartel do pessoal da anestesia, deputado Chico Vigilante. Eles se juntavam num grupo e negociavam o valor que queriam para atender dentro de unidade privada, com o argumento de defender a classe. Quem sofria com isso? Quem estava na ponta.

Para quem não entende do processo na área de saúde, eu explico que, quando somos pressionados, quando a fila está alta, quando aquele paciente está internado e não consegue ir para a UTI, somos capazes de acionar a justiça. Para isso há um termo técnico, é o chamado sequestro de verba pública, sequestro em saúde, que ocorre quando a Justiça estabelece que, se o Estado não foi capaz de cumprir aquela função, seja retido aquele dinheiro para pagar à iniciativa privada o preço que ela está pedindo para o atendimento da população. Nós vamos defender isso! Ora, como não? Se o paciente não está conseguindo atendimento para sua cirurgia, não está conseguindo um leito de UTI, nós judicializamos; mas assim contribuimos com a perversidade do sequestro de verbas públicas da saúde para a manutenção da lógica de fortalecimento da iniciativa privada.

Então, peço encarecidamente à base: vamos montar a CPI da saúde para analisar os contratos e ver qual é o gargalo, se é financeiro, se é de gestão, se é técnico. O que está acontecendo? As UPAs foram entregues para o IGESDF porque disseram que resolveriam os problemas e não conseguiram resolvê-los. Não há pediatra na rede, não há outras especialidades. As UBS, na ponta, estão cumprindo contratos de médico por plantão, não há mais aquele médico que tem um laço com a comunidade, que entende a comunidade. Todos nós estamos fazendo o que podemos dentro do nosso possível, mas será que esse possível de fato é suficiente para a população do Distrito Federal? Acho que a corda esticou, deputado Chico Vigilante.

Para encerrar, quero dizer que chegou a esta casa o pedido do Metrô-DF para a reestruturação do sistema, possivelmente com a criação de mais 20 cargos, além de uma pauta para aumento de remuneração da direção. Eu não sou contra o aumento de nenhum funcionário, deputado Chico Vigilante, mas nós precisamos perguntar à direção do Metrô se faz sentido aumentar a quantidade de cargos e reestruturar essas carreiras, diante do que a gestão hoje está entregando para a população.

O Metrô anuncia que vai comprar 15 novos trens como se os comprasse na prateleira do mercado. "Vou ali à China e compro o trem." Ora, eu entendo pouco, mas, após o processo de compra, 15 trens, que custam 50 milhões de reais, demoram no mínimo 1 ano e meio para chegar, ou seja, não vão chegar nesta gestão de 1 ano e meio, 2 anos. Quando o Metrô diz que vai comprar 15 trens novos e passará a ter 47, não é verdade, deputado Chico Vigilante, porque dos 32 nós só temos 16 rodando. O resto está parado, quebrado, sem peça de reposição.

Na segunda-feira, o Metrô começou operando com 16 trens, deputado Chico Vigilante, deputado Fábio Félix e deputado Gabriel Magno, mas, ainda pela manhã, às 7 horas e 30 minutos, recolheram 2 por pane elétrica, ou seja, na segunda-feira, no horário de pico, o Metrô-DF rodou com apenas 14 trens. E o reflexo foi: estações lotadas, abarrotadas de pessoas com calor, que acabam achando que o Metrô não tem serventia.

Eu vou defender o Metrô como um potencial de estratégia de desenvolvimento sempre, e, no que a direção precisar de mim para que isso aconteça, eu estou aqui, mas, se não cobrar do governo o investimento que ele deveria fazer, haverá aqui uma pessoa que vai contestar diariamente.

Amanhã estaremos novamente lá no Metrô e conversaremos com a direção para entender por que há contrato de manutenção e, ainda assim, ela não é feita nas escadas rolantes; e por que todo esse processo de modernização energética e de troca de sinalização tem gerado mais pane no sistema metroviário.

Obrigado, deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – São 16 horas e 23 minutos. Eu quero mais uma vez alertar os deputados que estão nos gabinetes de que hoje é dia de sessão deliberativa, é dia de votar. Dito isso, eu passo a palavra para o nosso presidente, que também já está impaciente com essa falta de deputados no plenário para votar.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Quero endossar as palavras do nobre deputado Chico Vigilante, porque de fato há necessidade de que os deputados cumpram seu papel de vir para a Câmara Legislativa para votar importantes projetos. Há até mesmo o projeto que trata do cheque moradia para famílias de baixa renda, além de muitos outros cujo papel de votar é nosso. Lamentamos muito esse esvaziamento numa terça-feira. Gostaria de, mais uma vez, endossar as palavras do deputado Chico Vigilante e solicitar que os colegas parlamentares venham ao plenário para darmos continuidade à sessão e entrarmos na ordem do dia.

Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para comunicado.) – Boa tarde, presidente. Tenho uma notícia maravilhosa para os 600 policiais civis e os 1.200 policiais militares que vão ingressar nas carreiras. O senhor e a deputada Doutora Jane estão nessa luta com os policiais civis. Amanhã, o nosso presidente, este deputado que fala aos senhores, a nossa comandante-geral, o nosso diretor-geral da Polícia Civil e o secretário Ney vão se reunir.

Vejam a sensibilidade do governador. O governador Ibaneis é fera demais. Podem quebrar a UPA e não sei o quê. Ninguém é perfeito, não existe governo perfeito. Às vezes, deputado Max Maciel, eu peço a Deus para ver o PSOL governar Brasília, com todo o respeito que tenho por esse partido, que tem os quadros lindos, com integrantes como o deputado Fábio Félix. Eu ia ficar sentado na poltrona para ver quais soluções vocês iriam tomar. Tudo bem, um dia vocês vão chegar ao poder. Um já chegou, o ex-governador Rodrigo Rollemberg, o pior da história de Brasília e o mais preguiçoso de todos. Há agora o protótipo dele, que está andando de ônibus e visitando as cidades, fingindo que está dormindo nelas. É a cria, o filhote dele.

A boa notícia é que o governador Ibaneis é um cara tão sensível que falou o seguinte: "Se chamar os policiais militares, tem que chamar os policiais civis". Ouviu, deputado Wellington Luiz? Presidente, amanhã, às 17 horas e 30 minutos, vossa excelência e este deputado, vamos sair do gabinete do Léo com a data da convocação dos senhores e do CFP 12 da Polícia Militar. Serão mais de 1.200 policiais. Foi determinação do governador Ibaneis Rocha. (Palmas.)

Se Deus quiser, vai dar tudo certo, deputada Doutora Jane. Foi necessária muita luta. A segurança pública de Brasília é um exemplo para o Brasil. São os senhores, os órgãos de segurança pública, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e o Detran que fazem essa segurança

pública fantástica no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto, nosso líder. Eu o parabeno pela articulação. Foi um trabalho feito, obviamente, por todos nós da segurança: eu, o deputado Hermeto e a deputada Doutora Jane. Não menciono o deputado Roosevelt, mas também foi feito um trabalho com os servidores do Corpo de Bombeiros. Portanto, estamos todos unidos nesse esforço.

Eu gostaria também de lembrar, deputado Hermeto, que, além dos nossos policiais civis e militares, há os policiais penais. Amanhã, trabalharemos para que todos sejam chamados na mesma data. Esse é o nosso compromisso com vocês.

Segurança pública não se faz sem homens e mulheres, por mais avançada que seja a nossa tecnologia. Então, vocês são fundamentais para garantirmos a segurança da nossa cidade. Parabéns pela articulação, pela mobilização. Como disse o deputado Hermeto, amanhã nós faremos esse trabalho.

Parabéns também ao nosso líder.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB) – Presidente, estou aprendendo a pedir a palavra. Eu fiquei verdadeiramente com ciúmes.

Quando o deputado Hermeto falou, meu coração bateu forte. Eu pensei: “Tenho que pedir a palavra para desejar boa tarde a vocês e reafirmar o meu compromisso e do presidente com vocês”. Vocês sabem que todos os dias – amanhã, depois de amanhã, no dia em que for necessário – trabalharemos para conseguir a nomeação dos 600. Acreditem no nosso trabalho.

Obrigada, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Doutora Jane.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu acabei de falar. Você não ouviu? Tenho que falar 2 vezes? Acabei de falar da Polícia Penal. Como assim eu não falei?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O quê?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Amanhã, na reunião.

Vocês é que não prestaram atenção, porque estavam olhando o celular.

Quando eu me referi à segurança, mencionei vocês. A segurança pública se constrói com a atuação de todas as forças policiais. Por isso, eu fiz questão de mencionar a Polícia Penal. Amanhã, na reunião, tratarei inclusive da Polícia Penal. É fundamental que vocês sejam chamados e recebam o mesmo tratamento que as demais corporações.

Vocês até aplaudiram, mas talvez não tenham entendido o que eu falei. O assunto está no cronograma de amanhã. É confuso identificar as corporações, porque estão todos vestidos de preto.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Ao pessoal da Polícia Penal, que está aguardando, peço desculpas. Pensei que todos fossem da Polícia Civil. A luta de vocês é válida. A segurança pública é feita com os senhores.

Se Deus quiser, o Fundo Constitucional abrangerá os senhores. A segurança pública é resultado de um esforço conjunto. Eu pensei que estavam todos juntos. Desculpem-me.

Vocês merecem ser chamados da mesma forma que os policiais civis e os policiais militares. (Palmas.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, eu ia responder ao deputado Hermeto, mas esperarei 2030 chegar. Se um dia nós governarmos Brasília, como ele defende bem... Já faz 7 anos, deputado Hermeto, que esse governo está no poder.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Retoma-se o comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Presidente, estou aqui, hoje, para falar sobre um policial militar que, na última semana, fez uma declaração que me chamou a atenção. Trata-se de um policial militar proeminente da cidade, que já ocupou vários cargos políticos. Refiro-me ao senhor deputado federal Alberto Fraga. Na semana retrasada, ele disse: “Se eu fosse policial hoje, eu não levaria para a cadeia um cara fumando baseado”. Ele disse isso. O parlamentar defendeu que não prenderia mais aqueles que estão apenas se descontraindo ao usar drogas e mencionou que tem vários amigos que são usuários, que não fazem mal a ninguém e que são pessoas de bem.

Quem falou isso, presidente, não foi um deputado do PSOL, não; foi um deputado federal do Partido Liberal, que foi coronel da Polícia Militar por muitos anos. Ele falou isso no contexto do debate sobre o exame toxicológico para a compra de armas. É sabido o vínculo desse deputado com a indústria armamentista brasileira. Ele sempre defendeu os interesses dessa indústria e, agora, quer retirar o exame toxicológico para que as pessoas tenham acesso a armas no Brasil; quer dizer, ele quer liberar ainda mais o acesso da população às armas, algo a que sou completamente contra.

Aproveito o debate trazido pelo deputado do Partido Liberal, que, ao que me parece, é defensor da legalização das drogas, para colocar essa questão em pauta. Quando nós da esquerda defendemos uma reforma na política de drogas neste país – porque a política de drogas que é praticada hoje não é efetiva e todos sabem disso; todo mundo, de forma hipócrita, finge que essa política funciona –, somos acusados de fazer apologia às drogas ou de defender a sua liberação. Mas esse não é caso.

Hoje, deputado Hermeto, sabemos que a droga é liberada. Ela é liberada para os ricos, para a classe média alta, para quem vive no Lago Sul e nos bairros nobres; porém, ela é proibida, sim, com a mão da polícia e do Estado penal, nas periferias, para a juventude negra. Nesses lugares, ela é proibida, e todos sabem disso. Podemos fazer vista grossa, podemos não falar sobre o tema, mas a realidade está aí.

Deputado Iolando, quando nós defendemos a legalização, estamos defendendo a mudança da política de hoje. Hoje, é liberação, e nós defendemos a regulamentação, a colocação de limites. Defendemos que o Estado promova um debate sério sobre a política de drogas, até para que haja atendimento em saúde, para que haja prevenção, para que haja orientação. Defendemos uma política responsável sobre a questão das drogas, para que a *cannabis* seja discutida de forma efetiva, com base em evidências científicas, considerando sua abordagem medicinal, como na intervenção com crianças autistas, o que já ocorre hoje, e no tratamento de diversas doenças. Também defendemos o debate sobre o uso recreativo, que, como sabemos, não gera transtornos para a sociedade. Fazer essa defesa e esse debate político não significa fazer apologia às drogas ou defender a sua liberação.

Recentemente, o deputado federal Alberto Fraga, do PL, coronel da reserva da Polícia Militar, falou que tem vários amigos que são pessoas de bem, que fumam, e que, se ele fosse coronel hoje, orientaria seus policiais a não prenderem pessoas por estarem com um “baseado”. Ele disse isso em uma entrevista.

É claro, deputado Hermeto, que ele fez essa declaração no contexto da defesa da indústria armamentista, a pauta que ele defende. Ele quer retirar o exame toxicológico para as pessoas que desejam ter acesso a armas. Essa é a política que ele está defendendo na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados.

Eu encerro usando esse exemplo, porque acho que ele nos ajuda a acabar com a hipocrisia – descer um pouco à terra, baixar um pouco essas bandeiras supostamente conservadoras, que, para mim, são muito mais hipócritas do que conservadoras, que não querem enxergar a realidade para fazer o debate público sério.

A política de drogas no Brasil é um fracasso. A política de drogas no Brasil precisa ser reformada. Não importa se você atua na segurança pública, se você atua na saúde ou na educação. A população sabe que essa política falida, infelizmente, não funciona.

Vamos fazer um debate racional. Podem discordar de mim, não há problema nenhum; mas, mesmo nesse debate racional, é importante dizermos que, do jeito que estamos hoje, a política de drogas não funciona. Isso tem sido falado não só pela minha boca, mas pela boca de muitos com posição muito diferente da minha.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para comunicado.) – Boa tarde.

Presidente, esta manhã nós participamos de um importante ato na Esplanada dos Ministérios, a Marcha da Classe Trabalhadora, que foi convocada por várias centrais sindicais e que marchou de maneira democrática até o Congresso Nacional, diferente do que nós vimos naquela mesma Esplanada, no dia 8 de janeiro de 2023, data da tentativa de golpe de Estado.

Fomos para apresentar uma pauta ao Congresso Nacional, que é uma pauta urgente do país. Não é o que a extrema direita – desesperada para tentar salvar o Bolsonaro do julgamento e da cadeia – quer, que é a pauta da anistia, que tem travado os debates no Congresso Nacional. A pauta do povo brasileiro é a redução da jornada de trabalho já; o fim da escala 6 por 1; a redução da jornada da classe trabalhadora sem redução de salário; o contínuo avanço na política que o governo Lula trouxe de volta, que estava suspensa neste país, de valorização real do salário mínimo, mas no conjunto dos salários da classe trabalhadora; a isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais, o que significa 90% dos trabalhadores e das trabalhadoras deste país; e a inclusão no imposto de renda daqueles que nunca pagaram imposto – os super-ricos deste país – e que precisam contribuir com o projeto de garantia de direitos do povo brasileiro. Essa é a pauta urgente. Essa é a pauta necessária do país, do Brasil, do Congresso Nacional.

Hoje a marcha, presidente, reuniu trabalhadores e sindicatos do Brasil todo. Mais de 30 mil pessoas marcharam rumo ao Congresso Nacional e protocolaram a pauta da classe trabalhadora.

Eu quero fazer uma saudação às centrais sindicais, aos sindicatos, aos trabalhadores e às trabalhadoras deste país, que são, de fato, os que geram riqueza no Brasil e no mundo inteiro.

A classe trabalhadora deu, hoje, mais uma aula de democracia e de cidadania para pautar a agenda política do Brasil e do Congresso Nacional, que é a ampliação de direitos da classe trabalhadora. Não é anistia para aqueles que, inclusive, retiraram os direitos da classe trabalhadora. Os trabalhadores não se esqueceram dos que fizeram a reforma da Previdência, retiraram direitos e aumentaram a contribuição. O povo brasileiro não se esqueceu dos responsáveis – o governo da extrema direita, que, felizmente, foi derrotado nas urnas – por fazer a reforma trabalhista, que retirou direitos e congelou salários. Hoje, a pauta é por mais direitos da classe trabalhadora, pelo dia 1º de maio, o Dia Internacional do Trabalhador.

Eu quero deixar registrado isso, presidente, e desejar não só boas-vindas para os sindicatos e para os trabalhadores do Brasil inteiro que estiveram em Brasília hoje, mas também um bom retorno para os seus estados.

Quero dizer ainda que a luta, de fato, continua em defesa da ampliação dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras deste país.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para comunicado.) – Presidente, nós estamos aqui, nesta tarde de terça-feira, na última semana do mês de abril, já começando o mês de maio, que é um mês importante, deputado Hermeto. Maio é um mês em que se comemoram o Dia do Trabalhador, o Dia das Mães e o mês da enfermagem.

Do dia 12 ao dia 20, nós comemoramos a Semana Brasileira de Enfermagem e, mais uma vez, a enfermagem brasileira vai ganhar apenas parabéns. É uma semana em que todo mundo vai dizer que a enfermagem é importante. Dirão: “Se não fosse a enfermagem, o que seria de nós na pandemia? Foi

a enfermagem que foi para a frente fazer as vacinas, foi a enfermagem que cuidou dos pacientes à beira do leito.”

Os enfermeiros já ganharam o piso, mas não o levaram – essa é a verdade. Nós lutamos 55 anos para ganhar um piso que, até agora, não foi implementado. O que falam é: “Negociem com o patrão”. Aí, o patrão fala: “Nós temos x reais para lhe pagar. Se você não quer, tem quem queira.” E, assim, a situação permanece. Há estados brasileiros que, até hoje, não implementaram o piso da enfermagem.

Eu queria falar também que nós avisamos que a situação da saúde está chegando a um patamar insuportável. Nós, na condição de deputados, temos recebido inúmeras reclamações de pacientes que estão morrendo nas filas de espera sem ter assegurado o seu direito mais básico, como, por exemplo, o direito a ter o diagnóstico. Estou falando de questões que são, inclusive, legalmente amparadas, como a concessão do tratamento do câncer. Com o diagnóstico, você tem que receber o tratamento em até 30 dias.

Eu não gostaria de dizer isso, mas infelizmente a situação ainda vai piorar um pouco. Nós temos visto que as bronquiolites estão vindo com mais alterações, debilitando mais ainda as nossas crianças, que estão precisando, sim, de cuidados, de internação. Já se fala em falta de leito de UTI, que já é escasso na rede. Isso vai piorar, deputado Max Maciel. Agora estão falando em transformar os leitos de adultos em leitos pediátricos e neonatais, mas sabemos que os leitos destinados aos adultos também não são suficientes para a demanda dos adultos. Então, vai piorar o problema tanto para as crianças quanto para os adultos, uma situação que já é caótica no Distrito Federal.

Eu queria ressaltar que não devem ser colocados todos no mesmo bolo. Infelizmente, os profissionais – enfermeiros, técnicos, médicos, a equipe multiprofissional – têm apanhado na porta das UPAs. Isso é triste. O modelo do IGESDF não resolveu o problema, mas não posso colocar no mesmo bolo a situação dos servidores, dos colaboradores que estão ali trabalhando com medo! Esta semana eu soube que muitos profissionais de várias UPAs – inclusive da UPA de Ceilândia – já entregaram seus cargos, porque não se sentem seguros para trabalhar. Esse é o primeiro ponto.

Quero dizer que vocês podem contar conosco. Infelizmente, o que tem acontecido é que a população acaba peregrinando e, quando chega às UPAs, a situação é difícil. Eu quero deixar registrado que isso acontece, principalmente, nos finais de semana, quando a Estratégia Saúde da Família, que deveria fazer saúde da família, não o faz, porque não há equipe nas áreas mais vulneráveis e ela acaba funcionando como um pronto atendimento, uma UPA.

A UPA, hoje, serve de hospital. Os hospitais não têm pessoas para trabalhar e não têm giro de leito. Eu não sei o que o governo pretende fazer, mas não podemos pensar em enfrentar a sazonalidade, as arboviroses, a dengue sem que sejam nomeados os agentes comunitários de saúde, os agentes de vigilância, o pessoal da Anvisa-DF, os enfermeiros, os técnicos de enfermagem. Não podemos imaginar isso! Da mesma forma, não é possível fazer segurança sem que sejam nomeados policiais legislativos, policiais penais, policiais civis e militares. Não é possível isso!

Está todo mundo sofrendo. Eu sei que a nossa sofrência é muito parecida, na saúde, na educação e na segurança. Elas deveriam ser prioridade e não são. Em algumas categorias e carreiras há déficit de praticamente metade dos cargos. Acontece isso com vocês também, não é? Estamos sem segurança para trabalhar. Nós nos sentimos sem segurança e sem motivação.

Aí alguém vem falar que entramos com muitos atestados. Parece que somos um bando de vagabundos que pega atestado. Não é isso! Inclusive, trabalhamos doentes. Essa é a realidade dos servidores.

Para terminar, presidente, precisamos entender o absenteísmo e levantar as suas causas. Precisamos olhar para esses servidores e entender que a reestruturação dessa força de trabalho deve ser feita pensando a médio e longo prazo. Ninguém quer investir em saúde porque demora a surtir efeito. É mais fácil investir em algo que apareça logo, porque a eleição está próxima. Temos que fazer política para as pessoas e não política para o grupo a, b ou c. A política é a ciência de cuidar de quem é mais vulnerável, de quem mais precisa de cuidados.

Nomear mais servidores e cuidar daqueles servidores que já são do quadro não é uma questão corporativa, é uma necessidade. Eu, como defensora do SUS e brasiliense de coração, vou falar para os servidores: “Podem contar sempre comigo!” Precisamos nos ajudar e tomar, realmente, os espaços de poder e decisão, para termos voz e vez, para que quem mais precisa seja representado.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Presidente, eu tenho em mãos uma matéria muito importante do portal Metrôpoles. O título é “INSS: PF cita transações suspeitas de ex-ministro de Jair Bolsonaro”.

Passo a lê-la. “O ex-ministro do Trabalho e Previdência do governo de Jair Bolsonaro, José Carlos Oliveira, é citado na investigação sobre descontos irregulares de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social por causa de transações suspeitas relacionadas a um assessor de uma das entidades investigadas. Segundo a PF, Oliveira atualmente mudou o nome para Ahmed Mohamad Oliveira Andrade.”

Ele se chamava José Carlos Oliveira e mudou o nome para Mohamad Oliveira Andrade. A matéria fala de todas as irregularidades cometidas por esse elemento. Ele era diretor de benefícios da Previdência (sic) e, depois, virou ministro do Trabalho e Previdência.

Eles montaram um esquema para roubar aposentados do INSS. A Polícia Federal encontrou, com esses elementos, carros de luxo. Milhões de reais foram bloqueados em contas dessa cambada de vagabundos – criminosos – que roubava dinheiro de pobres aposentados, pessoas muito carentes.

Em cidades pequenininhas do Brasil esses elementos fingiam que as pessoas estavam filiadas a entidades fantasma montadas por eles, mas, na verdade, a pessoa estava a 600 quilômetros de distância do lugar onde foi filiada.

É inaceitável esse esquema montado para roubar os aposentados brasileiros. Felizmente, a Controladoria-Geral da União – juntamente com a Polícia Federal – agora, no governo do presidente Lula, desmontou essas quadrilhas instaladas e as entidades fantasma que estavam dentro do INSS.

Esse tipo de gente não merece perdão. Esse tipo de gente precisa apodrecer nas prisões, por todo o mal causado a esses velhinhos aposentados do meu Brasil. São corvos, são verdadeiros bandidos que roubaram os nossos aposentados, os velhinhos indefesos no Brasil inteiro.

Portanto, fica aqui a minha solidariedade a esses velhinhos. Peço ao presidente Lula que aja com o maior rigor, inclusive demitindo quem tem que ser demitido. Esse esquema foi montado no governo do Capioto, persistiu por algum tempo, mas felizmente a Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal descobriram esses gatunos, que devem ser punidos de maneira exemplar, para nunca mais se repetir esse tipo de roubo no nosso país.

Por último, presidente, eu falei há pouco de um documento que vossa excelência disponibilizou ontem para todos os deputados. Eu falei que era da Procuradoria, mas, na verdade, é da Consultoria Legislativa, do consultor Alexandre Rosa Lopes, que produziu um documento irretocável. Eu espero que o Governo do Distrito Federal encaminhe o projeto para que discutamos aqui se o BRB deve comprar esse traste chamado Banco Master. Esse documento produzido pelo Alexandre Rosa Lopes, que é nosso consultor legislativo concursado, é primoroso e demonstra a qualidade dos nossos servidores na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, quero falar muito rapidamente.

Na semana passada, lançamos uma campanha chamada Falta Luz Aqui, porque temos recebido inúmeras reclamações sobre a iluminação. Um parlamentar, na semana passada, disse-me que não há problema de iluminação no DF, que o governo está fazendo uma série de intervenções, que o governo está fazendo isso e aquilo, que o governo está organizando a iluminação pública. Não é o que as pessoas estão falando.

Eu quero dizer a vossa excelência que hoje nós protocolamos 100 ofícios, na CEB IPes, das primeiras 100 reclamações que recebemos. Todas elas estão com geolocalização e endereço exato. O pior, presidente, é que em muitas delas a iluminação é nova, de LED, funciona há pouquíssimo tempo e já está quebrada. Nós temos que ver qual é o fornecedor que a CEB IPes está contratando.

O senhor vai lembrar muito bem, presidente, que, de forma muito democrática, fizemos uma reunião aqui com o presidente da CEB. Nós o recebemos. Eles queriam constituir a CEB IPes e

disseram que, em 1 ano, resolveriam o problema. Já passaram 2 anos, e a questão da iluminação não foi resolvida. A situação hoje é dramática para a população, porque iluminação não é só a luz ligada; significa qualidade de vida, segurança, segurança para as mulheres, direito à cidade, vivência do lazer na cidade.

Nós vamos até o fim com essa campanha, denunciando a questão da iluminação pública. Nós temos que mostrar tudo o que não está funcionando. É papel do Legislativo denunciar, fiscalizar, colocar a boca no trombone. Qual é o papel do Executivo, que é eleito para isso? O papel do Executivo é trocar lâmpada, é acender a luz da cidade. O papel da CEB IPes é fazer a coisa funcionar, porque hoje não funciona. O nosso papel nós vamos cumprir.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu sei que vossa excelência já vai encerrar a sessão, mas hoje é terça-feira. São 16 horas e 56 minutos.

Eu queria ressaltar, deputado Hermeto, a importância de esta casa votar. A culpa de não estarmos votando, deputado Wellington Luiz, não é nem de vossa excelência nem nossa, porque estamos no plenário. Neste momento, estão presentes 10 deputados e deputadas.

Vossa excelência se lembra de uma época em que o Correio Braziliense fez uma campanha em que, todo dia, colocava, na primeira página, a manchete: “Vai trabalhar, deputado!” Espero que o Correio ou outro meio de comunicação não tenha que fazer isso.

Nada justifica, presidente deputado Wellington Luiz, não estarmos aqui para votar. Todo mundo, quando fez campanha, sabia que os dias de votar são terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. Que, pelo menos nas terças-feiras, deputado Wellington Luiz, os deputados e as deputadas compareçam para votar! Se há problema com o governo – sei lá o que é, são coisas inexplicáveis –, que resolvam para lá! Não é o plenário que tem que penar por causa disso.

Nós temos projetos importantes, que discutimos ontem, que estavam na pauta. Todo mundo sabia qual era a pauta. Inclusive está lá o projeto do cheque habitação, entre outros. Há inúmeros deputados que têm projetos, inclusive eu, que precisam ser votados em plenário. Nada justifica deputado não comparecer para votar. Eu sei do esforço que a Mesa Diretora tem feito, sei do esforço que vossa excelência tem feito, mas, deputado Wellington Luiz, não dá para tolerarmos falta de compromisso com o plenário e deputado não comparecer aqui para votar.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Deputado Chico Vigilante, nós temos a alegria de dizer que esta é uma das legislaturas que mais resultados apresenta à sociedade, mas essa situação que vossa excelência traz é lamentável mesmo. Hoje é dia de votação, uma terça-feira, e temos projetos extremamente importantes. Nós lamentamos muito, sim, esse quadro.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, quero também fazer um pedido, já que temos tanta dificuldade. Deputado Chico Vigilante, eu não sabia, mas acho que isso vem se arrastando por muito tempo. Muitas vezes, não conseguimos votar nem mesmo projetos do governo. Quero que fique registrado que, muitas vezes, a oposição tem dado quórum para votar os projetos do governo.

Peço aos deputados que nos alinhemos e entremos em um acordo para que, quando formos votar, priorizemos também os projetos de autoria dos deputados e a derrubada dos vetos.

Eu quero, por exemplo, submeter à avaliação desta casa a derrubada do veto ao projeto do SEI Mulher, um projeto meu que visa à uniformização do atendimento da mulher na rede. Estamos tentando fazer isso desde 2023 e não conseguimos analisar o veto. Então, presidente, peço a vossa excelência que, quando houver quórum, votemos um projeto do governo – que tem projetos importantíssimos para tocar Brasília – e um projeto de deputado. Muitas vezes, ficamos discutindo situações que não são da função do deputado distrital. Então, peço aos senhores que alinhemos isso, porque é muito ruim não conseguirmos que sejam votados projetos tão importantes, que têm prazo para serem apreciados – inclusive com prazo para o mês de maio –, e que deveriam ser comemorados.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, como líder do governo, também reclamo do quórum. Deputado tem que estar presente, principalmente os da base, já que o líder está presente.

A oposição sempre garante o quórum, mas tenho que fazer justiça com a base, pois, hoje, é um dia muito importante na federação do PP com o União. Temos 3 deputados que estão no evento, que são o deputado Pastor Daniel de Castro, o deputado Pepa e o deputado Eduardo Pedrosa. Temos também deputados que estão de atestado médico: o deputado Rogério Morro da Cruz, o deputado Daniel Donizet e o deputado Joaquim Roriz Neto. Então, são 6.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO (MDB) – O deputado Ricardo Vale está de atestado? Então, são 7. Temos que ter coerência. Temos 7 deputados que estão impedidos de estarem presentes hoje.

Quanto aos da federação, acho que qualquer um que estivesse federando com outro partido estaria, hoje, no Congresso Nacional, independentemente do partido. São 7 os deputados que não puderam comparecer hoje. Quantos deputados estiveram presentes agora? São 12 ou são 10?

Não fosse isso, hoje, estariam presentes 17 deputados e haveria quórum.

Fica o registro, como líder do governo, pois tenho que fazer justiça.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – De qualquer maneira, esta situação não aconteceu somente agora. Precisamos mesmo trazer essa discussão, porque é uma obrigação nossa.

Obviamente, numa situação como essa trazida pelo deputado Hermeto, justificamos; mas não se trata só dessa semana. Semana passada tivemos dificuldade. Por exemplo, um projeto do cheque moradia está na pauta desde a semana passada. Não há justificativa para isso.

Amanhã estaremos presentes novamente e esperamos que aqueles que puderem venham também para votarmos os importantes projetos que dizem respeito aos interesses da sociedade.

Obrigado.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não havendo quórum e como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Avas – Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde
BRB – Banco de Brasília
Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CEB – Companhia Energética de Brasília
CFP – Curso de Formação de Praças
Codhab – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
Detran – Departamento de Trânsito
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde
PF – Polícia Federal
PPGE – Políticas Públicas e Gestão Educacional
SUS – Sistema Único de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 05/05/2025, às 10:26, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 Código Verificador: **2121136** Código CRC: **54EF2839**.

Ata Circunstanciada da 35ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA
35ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 30 DE ABRIL DE 2025.**

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 15H48

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Estão abertas as inscrições para o comunicado de parlamentares. Informo que a inscrição poderá ser realizada no próprio terminal.

Informo ao deputado Pastor Daniel de Castro, ao deputado Chico Vigilante e aos demais parlamentares que hoje, dia 30 de abril, minha mãe completa 98 anos, lúcida, forte, saudável e com a língua afiada. Hoje, antes das 8 horas, fui lhe dar um beijo – todo dia eu faço isso – e ela me perguntou o que havia acontecido. Falei que não havia acontecido nada. Ela perguntou se alguém havia morrido para eu estar lá naquela hora. (Risos.)

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Como persiste a falta de quórum, declaro encerrados os trabalhos.

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).

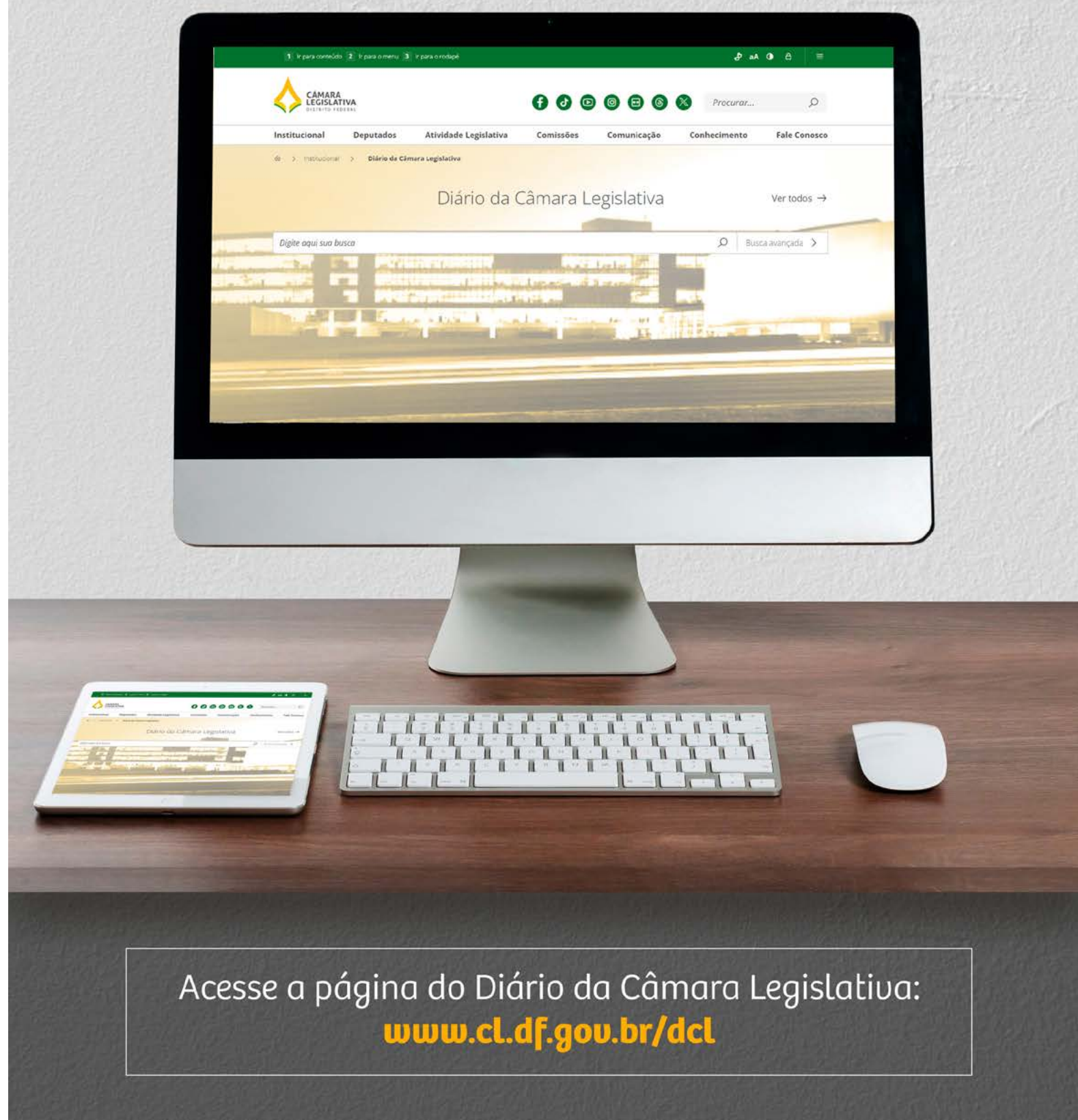


Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 05/05/2025, às 10:37, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 Código Verificador: **2123217** Código CRC: **9C72BD5A**.

Transparência ao seu alcance:
Conheça a **NOVA PÁGINA DO DCL**
Mais funcional, intuitiva e cidadã.



Acesse a página do Diário da Câmara Legislativa:
www.cl.df.gov.br/dcl

